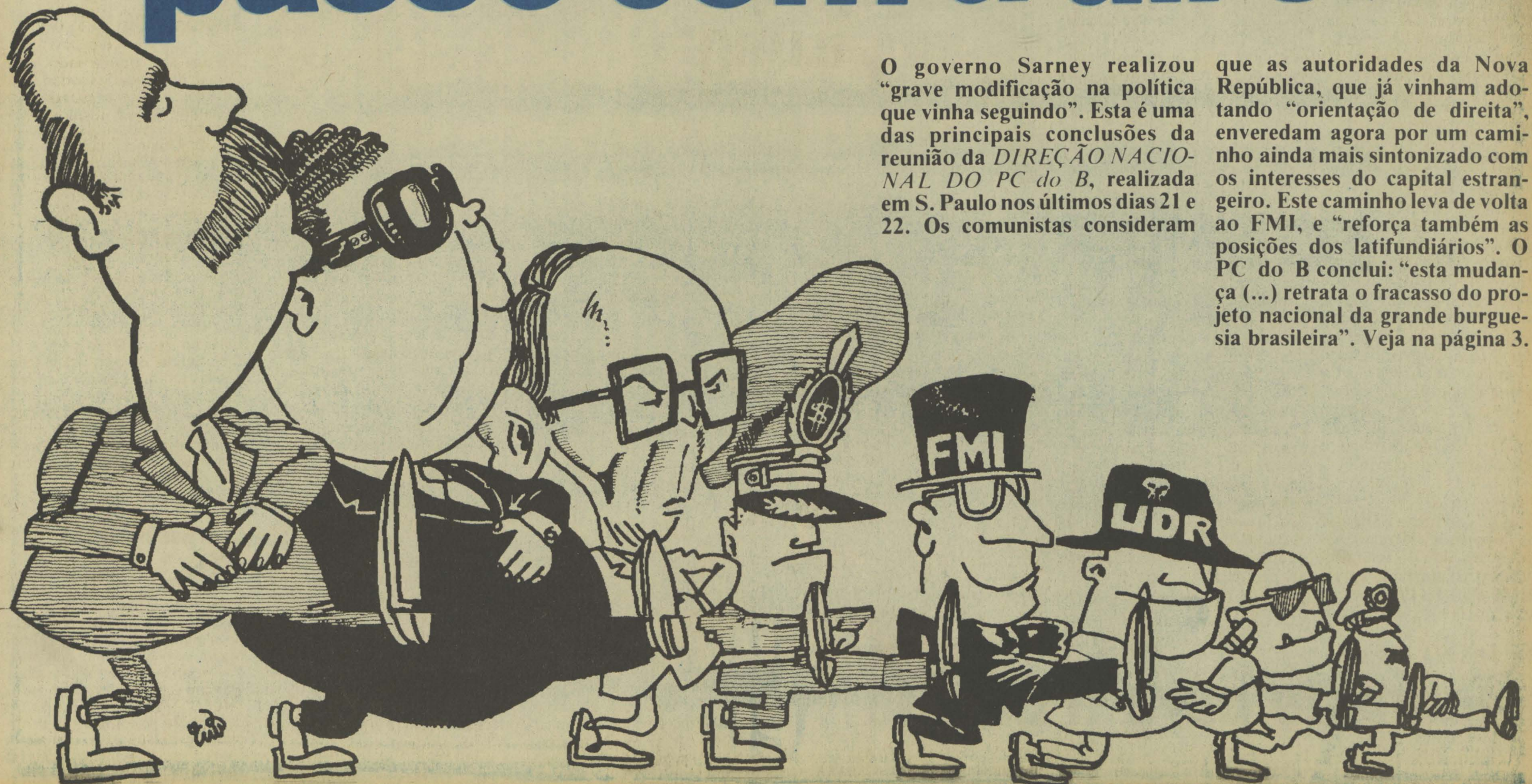


Governo acerta o passo com a direita



O governo Sarney realizou "grave modificação na política que vinha seguindo". Esta é uma das principais conclusões da reunião da DIREÇÃO NACIONAL DO PC do B, realizada em S. Paulo nos últimos dias 21 e 22. Os comunistas consideram

que as autoridades da Nova República, que já vinham adotando "orientação de direita", enveredam agora por um caminho ainda mais sintonizado com os interesses do capital estrangeiro. Este caminho leva de volta ao FMI, e "reforça também as posições dos latifundiários". O PC do B conclui: "esta mudança (...) retrata o fracasso do projeto nacional da grande burguesia brasileira". Veja na página 3.

EDITORIAL

O pacto de Sarney

O presidente Sarney tornou-se um obcecado pela palavra pacto. Qualquer pacto. E até nomeou o senador Marco Maciel como seu representante para conversar com todo mundo a respeito do assunto. Ou S. Excia não captou o significado real deste vocábulo ou despreza a inteligência dos democratas ao convidá-los para um entendimento deste tipo nas atuais circunstâncias.

O presidente Sarney e seu ajudante de ordens, Marco Maciel, dizem que agora está em pauta um pacto político, a elaboração de um programa mínimo de consenso entre as diversas forças políticas. Dito assim, pode ser até que alguns incautos se entusiasmem com a idéia. Mas o que sobra para este tal consenso na realidade de hoje?

O chefe do governo já decretou que seu mandato é de cinco anos, contra a opinião de todos os democratas. Na Constituinte, em aliança íntima com a direita, os partidários de Sarney tratam de aprovar normas que liquidam com a liberdade de organização partidária no país. Consagram o voto de curral através do sistema distrital nas eleições. E capitulando vergenhosamente diante do imperialismo, elaboram verdadeiro receituário de dependência ao capital estrangeiro. Atuando de acordo com os desejos da UDR, liquidam qualquer possibilidade de reforma agrária via Constituinte.

Como se isto não bastasse, na semana passada os ministros militares se reuniram, incluindo o SNI e, no final, o general Leônidas deu o recado: Não concordamos com a estabilidade no emprego, não admitimos a redução da jornada para 40 horas semanais, só toleramos o parlamentarismo se for ajeitado - isto é, se for presidencialista.

Em suma, o presidente Sarney já acertou o seu pacto político: um pacto com a direita e com o capital estrangeiro, sob supervisão

das Forças Armadas. Neste sentido, a proposta de entendimento com as correntes populares só pode ser interpretada como um ultimatum. E a aceitação desta manobra por parte de qualquer partido que tenha ligações com o povo representaria simplesmente uma capitulação.

A hora não é de conversa para barganhar esta ou aquela reivindicação. A Constituinte está sendo desfigurada pela ação reacionária do governo, das forças conservadoras e pela intromissão dos militares. Não se pode esperar uma mudança de rumos se o povo não tomar em suas mãos a formulação da nova Carta Magna e, ocupando as ruas em todo o país, a exemplo das jornadas pelas eleições diretas-já, exigir mudanças no rumo da democracia e da defesa da soberania nacional. Em relação ao governo, também não há o que negociar. O anseio do povo é de ver Sarney dedicando-se unicamente à sua má literatura. Como presidente já deu o recado, e fracassou. Os brasileiros querem eleições em 88.

Por tudo isto, parece que a missão do senador Marco Maciel não tem futuro. Nesta semana, surpreendentemente a direção do PT aceitou o convite para conversar. Depois do encontro, Lula declarou que não chegaram a nenhum acordo. Mas tinha alguma esperança de encontrar os tais pontos comuns? Os petistas, em geral com palavreado tão ofensivo, às vezes desapontam pela ação prática. O senador do PFL anunciou que o próximo interlocutor é o sr. Leonel Brizola. É verdade que o PDT, assim como o PT, defendem o sistema presidencialista. Mas é provável que isto não seja suficiente para um acordo maior.

As situações de crise têm como consequência a definição dos campos. E, inevitavelmente o acirramento da luta. A esperança do povo é sua unidade e sua mobilização.

Relatórios indicam uma Constituição retrógrada

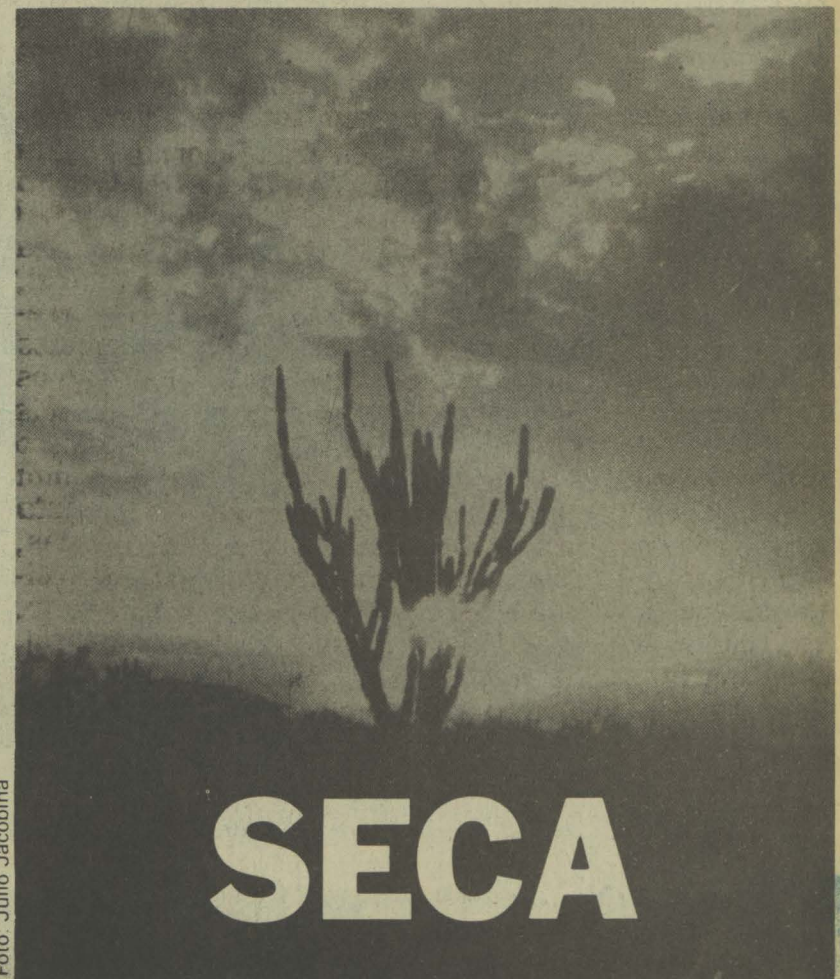
Um estudo detalhado dos pontos mais importantes aprovados nas Comissões Temáticas. Pág. 3

Greve geral contra o arrocho e a direita

CGT e CUT acertaram o dia 12 de agosto para a deflagração de uma greve geral reivindicando 37,7% de reposição salarial. A manifestação vai coincidir com o dia nacional de entrega das emendas populares à Constituinte. Na página sindical, Ronald Freitas, da direção do PC do B, analisa a questão. Pág. 6

Outra vez o bedelho dos chefes militares

A reunião dos ministros militares para fazer novas exigências à Constituinte revela que as Forças Armadas têm atração irresistível por intervir nos assuntos políticos, e demonstra que os quartéis querem uma Constituição ainda mais conservadora. Veja na página 4.



Fome e desespero nas 316 cidades com "emergência"

Milhares de flagelados fogem da seca e sobrevivem em condições sub-humanas nas capitais. Outra vez políticos inescrupulosos tiram proveitos da tragédia. Pág. 8

Fonteles: não à impunidade

Em todo o país multiplicam-se as manifestações exigindo punição dos assassinos. Pág. 7

Escolas de comunismo

Realiza-se esta semana na Albânia um marcante acontecimento político-social na vida da classe operária e de todos os trabalhadores do país: o X Congresso das Uniãoes Profissionais, com a presença de dezenas de delegações estrangeiras, inclusive do Brasil.

Desde sua convocação no início do ano, o congresso despertou entusiasmos nas fileiras dos trabalhadores albaneses. O país mergulhou num intenso movimento de mobilização em todas as frentes para chegar ao grande evento "com a cabeça erguida e as mãos cheias", como costumam dizer os trabalhadores albaneses sempre que se encontram às vésperas de acontecimentos como este.

Com efeito, notícias chegadas de Tirana, através da Agência Telegráfica Albanesa, dão conta de que são marcantes os êxitos do povo albanês no cumprimento das tarefas neste 1º semestre de 1987, segundo ano do oitavo Plano Quinquenal (1986-1990). Os setores que até agora demonstraram maior dinamismo e avanço, segundo artigo do jornal "Zëri i Populli", foram o petrolífero, o de mineração de carvão e ferro-níquel, a produção de energia elétrica, de concentrado de cobre, de ferro-gusa, de fios e cabos de cobre, de máquinas e equipamentos e de cimento.

A meta geral dos trabalhadores albaneses, ferreamente unidos ao Partido do Trabalho da Albânia, é cumprir integralmente as decisões do IX Con-

gresso do PTA, realizado em novembro do ano passado. Estão na ordem do dia o aumento da produção a ritmos acelerados, o fortalecimento da base material e técnica do país e a elevação do bem-estar material e cultural das massas.

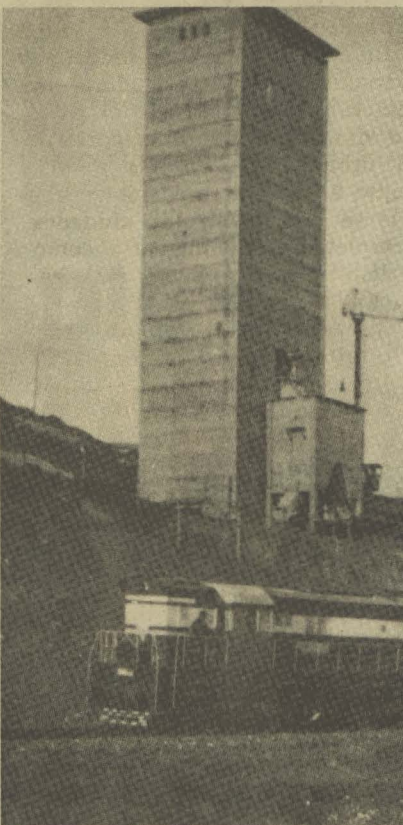
O CARÁTER DAS UNIÕES PROFISSIONAIS

As Uniãoes Profissionais são a representação direta da classe operária e demais trabalhadores albaneses, o seu sindicato.

As UPA foram fundadas pouco depois da revolução popular no Congresso Nacional dos Trabalhadores realizado em fevereiro de 1945.

Mas terão os sindicatos o mesmo caráter no capitalismo e no socialismo?

No capitalismo, as classes trabalhadoras, brutalmente oprimidas pela burguesia, atiram-se espontaneamente à luta por melhorias das condições de vida e trabalho e nesse enfrentamento cotidiano criam suas organizações representativas, os seus sindicatos. No capitalismo os sindicatos desempenham um papel de oposição e de luta, constituem o primeiro estágio organizado dos embates anticapitalistas dos operários. Com a evolução da luta operária e a evidência de que a luta meramente econômica e sindical não joga papel decisivo para a derrocada do capitalismo, os operá-



Operários da mina de Prrerjas (foto menor) e vista da mina de ferro níquel de Guri i Kuq, na Albânia

rios se erguem na luta política pelo poder. Para isso, criam seu partido político de vanguarda que representa a fusão da consciência socialista com o movimento espontâneo das massas. Quando isso ocorre, os sindicatos não esgotam seu papel, mas, permanecendo como organizações realmente classistas, ajudam a classe operária na luta pela derrocada do sistema capitalista e a instauração do poder proletário.

A instauração do socialismo também não elimina a necessidade de existência e funcionamento dos sindicatos. O que ocorre é uma mudança no papel que desempenham no



conjunto da organização social e política dos trabalhadores. Isto foi demonstrado pela experiência na construção do socialismo na URSS e o é também pela experiência albanesa.

Uma das mais importantes polémicas teóricas de Lênin com Trotski foi precisamente sobre essa questão. Em resposta a Trotski, que pretendia estatizar os sindicatos nas condições da ditadura do proletariado, Lênin dizia: "Os sindicatos não são apenas historicamente indispensáveis, mas uma organização historicamente inevitável do proletariado industrial, que nas condições da ditadura do proletariado engloba-o quase totalmente". Lênin dizia ainda que nas condições da ditadura do proletariado os sindicatos "são uma organização da classe dirigente, dominante, da classe no poder, da classe que exerce a ditadura... Mas não são organizações estatais... são organizações de educação, de mobilização, de instrução, são escolas, escolas de comunismo" (Lênin, Obras, vol. 32, ed. alban.).

No socialismo, vistos por esse prisma leninista, os sindicatos são a principal alavanca da vanguarda do proletariado para impulsionar a construção econômica e a mobilização dos trabalhadores. Promovem sua educação socialista.

A educação socialista dos trabalhadores não é, como pode parecer à primeira vista, processo simples e fácil de se realizar. É uma tarefa gigantesca, penosa e difícil. Constitui um dos elos fundamentais na construção do socialismo. Traduz-se em mobilização no

trabalho, na elevação no nível político, ideológico e cultural do conjunto da classe, no aperfeiçoamento profissional, na defesa da propriedade coletiva, patrimônio de toda a sociedade, no zelo pelo cumprimento da legislação social, em especial do Código de Trabalho, no combate intransigente às violações às normas jurídicas e morais da sociedade, aos roubos, aos desmandos e a eventuais atos de corrupção.

Sem a educação socialista a classe operária não pode jogar o papel de vanguarda na construção do socialismo e imprimir novo tom e novo colorido à vida política e social do país. É por isso que as Uniãoes Profissionais somam seus esforços aos do Partido para combater as tendências burocráticas e liberais que vez por outra se manifestam no trabalho de direção do Estado. Dessa forma, ajudam a desenvolver a luta de classes no plano ideológico e fortalecer o sistema de ditadura do proletariado.

Para desempenhar papel ativo na vida do país, as UPAs combinam o trabalho de emulação socialista, método comunista para a construção do socialismo através do qual mobilizam-se os trabalhadores para o cumprimento e a ultrapassagem das tarefas do Plano Quinquenal, com a defesa intransigente dos direitos e interesses dos trabalhadores, zelando pela aplicação e pelo aprimoramento da legislação social e pela gradual e progressiva melhoria das condições de vida e trabalho das massas. (José Reinaldo Carvalho)

**Leia e Assine
Tribuna Operária**

KISSINGER NO BRASIL

Um retrato da crise

O ex-secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, desenvolveu na semana passada e na anterior uma longa e festejada peregrinação pelo Brasil, e recebeu das autoridades e da imprensa brasileira acolhida condizente com nossas tradições de país colonizado. Participou de seguidos encontros, jantares e recepções. Foi assediado constantemente pelos jornalistas. Chegou a avistar-se, num só dia, com o Presidente da República e o da Constituinte; o ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central; o chanceler e o embaixador americano.

Mas não pôde trazer notícias agradáveis às classes dominantes brasileiras. Num momento em que o governo Sarney prega uma integração ainda maior do país com a economia capitalista internacional, ele lembrou que o carro-chefe desta economia, os EUA, que acumularam nos últimos dois anos uma dívida externa de 263 bilhões de dólares, enfrentarão brevemente problemas de balanço de pagamento, semelhantes aos do Brasil, México ou Chile, o que poderá desencadear uma crise econômica de proporções imprevisíveis.

Foi ainda mais sombrio quando tratou de outros assuntos. No dia 19, admitiu que o problema da dívida externa é grave, e que poderá levar o mundo capitalista "a uma catástrofe". Quatro dias mais tarde, disse que tal hipótese poderia ser afastada com a adoção de um plano, que passou a explicitar: os bancos credores, os organismos financeiros internacionais e os governos dos países industrializados, unidos, criariam um fundo, com recursos de 150 bilhões de dólares, para conceder empréstimos baratos aos devedores durante cinco anos, e com isso permitir a "rolagem" de parte importante da dívida.

Acontece - prosseguiu - que o sucesso de tal plano dependeria inapelavelmente de três condições: deveria haver uma conjuntura econômica favorável ao crescimento econômico dos países endividados; os bancos precisariam concordar em abrir mão de parte de seus lucros; e as sociedades dos países devedores deveriam aceitar medidas econômicas "consistentes". Logo em seguida reconheceu: nada parece indicar que qualquer uma destas condições possa ser atingida.



Brasileiro preso

O brasileiro Antônio Fernandes Neto ficou preso durante uma semana no Paraguai, sem acusação formada, mas - segundo a imprensa local - suspeito de distribuir panfletos contra a ditadura do general Stroessner. O advogado Idibal Piveta impetrou habeas corpus no Tribunal da Justiça Criminal de Assunção, o que levou à liberação do brasileiro no dia 22.

Apoio ao Chile-1

Num ato promovido pelo Comitê de Solidariedade ao Povo Chileno, os cariocas protestaram, no último dia 19, diante da Câmara Municipal, contra o assassinato de 12 democratas pela polícia do general Augusto Pinochet no dia 16.

Apoio ao Chile-2

Por iniciativa do vereador João Bosco, do PC do B, a Câmara Municipal de São José dos Campos (SP) enviou ao embaixador do Chile no Brasil ofício onde apela "no sentido de que sejam feitas gestões junto ao governo chileno objetivando a imediata libertação dos ex-parlamentares Clodomiro Almeyda, Mireya Baltra e Julieta Campuzano, bem como de todos os presos e confinados políticos" daquele país.

Com quem andas?

Depois de visitar os generais ditadores Augusto Pinochet, do Chile, e Jaruzelski, da Polônia, o papa João Paulo II encontrou-se na semana passada com o antigo oficial nazista e atual presidente da Áustria Kurt Waldheim. Quando colaborava com Adolf Hitler, Waldheim atuou na deportação de comunistas, democratas e judeus para campos de concentração, principalmente na Iugoslávia. Agora, visita o papa.

Os responsáveis!

Mais de 7 mil operários do porto de Rijeka, na Iugoslávia, fizeram um abaixo-assinado exigindo a demissão dos responsáveis pela "catastrófica" situação econômica do país. A Iugoslávia está mergulhada em profunda crise, principalmente devido aos dirigentes revisionistas, que submeteram o país aos ditames do imperialismo.

Testes nucleares

A União Soviética e os Estados Unidos realizaram na última semana novos testes nucleares. A prova ianque, a oitava deste ano, ocorreu em Nevada. A potência não foi revelada. No caso soviético, a explosão teve potência entre 20 e 150 quilotons. Segundo a agência oficial "Tass", o teste ocorreu no Cazaquistão e visava "aperfeiçoar a tecnologia militar" (ai de nós!). Foi o sétimo teste nuclear soviético neste ano.

Obscurantismo ianque

Por sete votos a dois a Corte Suprema dos EUA declarou inconstitucional uma lei do Louisiana que obrigava as escolas a ensinarem aos incautos alunos a "Ciência Criativa" - uma superstição religiosa que indicava que o mundo foi "criado" há seis mil anos atrás. Agora, finalmente, os alunos desse Estado norte-americano poderão especular sobre a origem do universo. Mas que não especulem muito: em outro Estado, o Tennessee, em 1925, um professor foi processado porque tentou ensinar a teoria da evolução das espécies, de Darwin, aos garotos ianques.

Avanço albanês

A escola albanesa, durante o 7º plano quinquenal, vem assistindo a um novo avanço na sua revolução educacional, melhorando qualitativa e quantitativamente. O ensino de oito anos é obrigatório para todas as crianças, sem exceção. O número de frequência nas escolas secundárias aumentou 9,8% em relação a 1981, enquanto o número de estudantes aumentou 23%. Devido às necessidades econômicas, foram criadas 16 novas especialidades nas escolas secundárias de instrução profissional e técnica, superior e de formação pós-universitária.

ELEIÇÕES NA EUROPA

Guinada para a direita

Em junho, três países da Europa - Inglaterra, Itália e Espanha - foram às urnas. Em meio a taxas de desemprego, mas também com certa estabilidade econômica, o eleitorado acabou mostrando uma tendência bastante conservadora: quem estava no governo continua, ainda que praticando uma política econômica onde a regra é modernizar a indústria e exportar mais, custe isso o que custar aos trabalhadores.

Margareth Thatcher, a "dama de ferro", conseguiu com maioria absoluta dos votos seu terceiro mandato como primeira-ministra da Inglaterra. Ela subiu ao poder em 1979 e começou o que costuma chamar de "revolução capitalista": nestes oito anos privatizou 24 empresas estatais; vendeu as ações para milhões de novos sócios, ampliando com isso a classe média; de quebra, baixou a inflação de 18% para 4%.

Claro que alguém pagou o preço da "revolução thatcherista". O desemprego aumentou muito, e hoje é dos mais altos da Europa - pouco mais de 13%. Com isso, seis milhões de ingleses vivem abaixo do nível de pobreza. E o norte do país, cuja economia baseada na extração de carvão foi impiedosamente destruído pelo braço de ferro da dama, contrasta com um sul próspero.

Thatcher conseguiu em sua passagem pelo governo golpear profundamente os sindicatos: venceu uma greve de quase um ano dos mineiros de carvão, reduziu de 30% para 22% o índice de trabalhadores sindicalizados. Com isso, matou dois coelhos: a principal força de oposição, o Partido Trabalhista, tem seu poder assentado na máquina sindical. Os trabalhistas hoje aparecem cada vez mais como uma força decadente, não saem da faixa dos 30% de votos e não conseguem argumentos contra os resultados econômicos do governo conservador.

Autoridade, pulso firme são um recurso de propaganda muito usado por Margareth Thatcher. Ela se gaba de não dialogar com os sindicatos, fala duro com o líder soviético Mikhail Gorbachev em pleno Kremlin, - tudo diante das câmeras de televisão. Em 1982, lançou a cartada da recuperação do velho sentimento de império britânico, mandando



Protesto contra desemprego na Espanha: resposta à política do PS

tropas para as Ilhas Malvinas e esmagando impiedosamente a aventura dos generais argentinos - e a justa pretensão do povo argentino de recuperar uma parte do seu território. Seu prestígio, que andava meio em baixa por causa do desemprego, subiu rapidamente. Então Thatcher aproveitou para convocar eleições antecipadas, em 1983, que ganhou com maioria estrondosa.

POLÍTICA VELHA

Estabilidade e autoridade não são palavras que caibam tão bem quando se fala na Itália: desde o fim da 2ª Guerra Mundial, em 1945, nada menos que 42 governos em 41 anos passaram pelo país. Alianças as mais diversas são feitas ano após ano, sempre com um ingrediente básico: a velha Democracia Cristã, que continua sendo a maior força política.

O último governo foi dos que mais durou: quase quatro anos, o período previsto pela Constituição. Era uma coalizão pentapartidária, com democratas-cristãos, socialistas, social-democratas, republicanos e liberais, chefiada pelo primeiro-ministro socialista Bettino Craxi. A julgar pelos resultados das últimas eleições, a fórmula deverá se repetir, já que a DC continua a ser o maior partido, os socialistas cresceram e os sócios menores continuam suficientes para formar a maioria parlamentar.

A grande expectativa nestas eleições era uma possível emergência do PCI como principal força. O chamado **sorpasso** - PCI com mais votos que a DC - só aconteceu uma vez até hoje: foi em 1984, nas eleições para o Parlamento

Europeu. Foram dois décimos a mais, e hoje o resultado parece muito influenciado pela morte do ideólogo do eurocomunismo, Enrico Berlinguer. Mesmo os 32,4% desta votação ficaram muito abaixo dos mais de 36% que o PCI conseguiu em 1976. De lá para a frente seu número de filiados cai ano após ano e nas últimas eleições conseguiu o pior resultado do pós-guerra: 29%.

CONSERVADORISMO

A Espanha teve eleições municipais e para renovação do Parlamento Europeu, em junho. O Partido Socialista do primeiro-ministro Felipe González perdeu alguns pontos em relação às eleições gerais de 1983, e ficou com 46%, seguido pela direita franquista da Aliança Popular. Quem subiu foi o conservador Centro Democrático Social, do expremiê Adolfo Suárez. O PCE está dividido em pelo menos quatro facções, e não chega aos 10%. Também lá o desemprego está além dos 10%, e a política econômica de Felipe González provocou desde o começo do ano uma das maiores ondas de greve dos últimos anos no país.

A vitória do conservadorismo, da política econômica monetarista nos principais países da Europa - a Alemanha confirmou em março o governo democrata-cristão de Helmut Kohl -, parece indicar a falta de uma opção eleitoral consistente à esquerda. A estabilidade econômica seduz as camadas médias, e os trabalhadores, apesar de resistirem com greves ao desemprego, não vêem uma alternativa partidária de massas para virar a seu favor o jogo político no tabuleiro do Velho Mundo. (SQ)



Jussara Cony: "Esperamos que a Constituinte seja fiel às aspirações da população brasileira"

MARCHA DOS VEREADORES

Compromisso popular

Escolhido para entregar ao deputado Ulysses Guimarães a "Carta de Brasília", documento que contém as conclusões da "Marcha dos Vereadores por uma Constituinte democrática e progressista", o vereador João Antônio, peemedebista da pequena cidade de Matozinhos, no interior de Minas Gerais, encara o presidente da Constituinte e começa: "Não queremos uma Nova República que quer dar mais um ano para um presidente que não foi eleito pelo povo". O plenário o saúda com os primeiros aplausos, e ele se sente animado para, dedo indicador em riste, aprofundar suas críticas a Ulysses. O auditório põe-se em pé e aplaude demoradamente. Ulysses fica vermelho e sorri constrangido.

A cena, que ocorreu no último dia 18 em Brasília, no Congresso Nacional, pode ser tomada como um bom retrato do que foi a "Marcha", um encontro que reuniu 1.500 vereadores de todos os Estados. Poucos dias depois das Comissões Temáticas da Constituinte terem aprovado propostas de sentido nitidamente retrógrada e do presidente Sarney ter concedido a célebre entrevista em que prometeu abertura ainda mais ampla ao capital estrangeiro, os vereadores encerraram os trabalhos de seu encontro com a seguinte conclusão: "os interesses do povo brasileiro estão sendo prejudicados pela interferência de forças conservadoras e dos que detêm o poder político e

econômico no país".

Convocada pela União dos Vereadores do Brasil e coordenada pela secretária-geral da entidade, a vereadora Jussara Cony, do PC do B de Porto Alegre, a "Marcha" não se limitou, no entanto, a constatar e a protestar contra a tendência direitista que se esboça na Constituinte. Evoluiu para a elaboração de uma ampla plataforma de reivindicações à Assembléia, que inclui eleições para presidente da República em 88, soberania nacional, reforma tributária, sistema de voto proporcional e impunidade parlamentar para os membros dos legislativos estaduais e municipais, além de contestar qualquer tentativa de prorrogar os mandatos de prefeitos e vereadores.

FIEL AOS COMPROMISSOS

Na "Carta de Brasília" os vereadores salientam, além disso, sua disposição de influir ativamente nos trabalhos de elaboração da nova Constituição. Eles dizem que estão dispostos a participar do esforço pela coleta de assinaturas para apresentação de emendas populares à Constituinte; mostram-se dispostos a divulgar em suas cidades o posicionamento de cada parlamentar em relação aos temas constitucionais mais importantes, instalando nos pontos mais movimentados painéis que mostrem o comportamento de cada um na hora do voto; e querem organizar caravanas a Brasília nos momentos mais

importantes das votações em plenário.

Uma das figuras de maior destaque na reunião, Jussara Cony, abriu com um pronunciamento marcante. Lembrou que a UVB tinha procurado, a exemplo de outras entidades democráticas, participar do processo constituinte, através de insistentes depoimentos junto às subcomissões temáticas, feitos pelo presidente da entidade, vereador Paulo Silas, pela União dos Vereadores de Minas Gerais e por ela própria. Considerou que ainda assim não tinha sido possível obter avanços importantes, já que a Assembléia cedera às posições fisiológicas ou abertamente direitistas; mas concluiu de forma positiva, afirmando que os vereadores "mantêm a firme convicção de sustentar os interesses do povo, para vencer o atraso e o conservadorismo das instituições brasileiras e garantir progresso e justiça social".

Falando à Tribuna Operária ao final da "Marcha", Jussara disse acreditar que ela não podia ser resumida a um encontro para entregar subsídios e sugestões, mas que expressava o compromisso de parte importante dos 47 mil vereadores brasileiros por uma Constituinte progressista. Concluiu lembrando um trecho da "Carta de Brasília": "Nós, vereadores, não nos apartaremos de nossos compromissos. Esperamos o mesmo dos constituintes, para que possamos construir a nova nação brasileira".

MORTOS E DESAPARECIDOS

Inventário dos crimes da ditadura

Enquanto a Constituinte insiste em aprovar posições que reforçam o caráter autoritário do Estado brasileiro e sustentam o militarismo, que deu origem a segundas violações dos direitos humanos no país, segmentos democráticos da sociedade mobilizam-se para exigir o esclarecimento dos atos de terrorismo oficial praticado pelo regime militar.

O Grupo Tortura Nunca Mais - SP está convocando todos os ex-presos políticos, familiares de desaparecidos, bem como todos que testemu-

nharam crimes de tortura, a fim de elaborar dossiês completos que serão encaminhados ao Ministério da Justiça, em Brasília, com o intuito de obter os esclarecimentos necessários e as medidas cabíveis para tais crimes. Os interessados poderão dirigir-se à sede da entidade à Rua Vicente Prado, 93 - Bela Vista - S. Paulo, ou através do fone (011) 289.8968. No interior fone (011) 434.8864 (Jundiaí).

O grupo convida ainda para a inauguração, no próximo dia 27, às 18 horas, no Conjunto

Habitacional Santa Cruz, no Rio de Janeiro, de dez logradouros públicos que ganharão o nome de brasileiros mortos ou desaparecidos pela ação do regime militar. A solenidade contará com a presença do prefeito Saturnino Braga e de personalidades democráticas. Os homenageados são Jaime Petit, Carlos Marighela, José Carlos Matta Machado, Lincoln Bicalho Roque, Lúcio Petit, Luiz Eduardo da Rocha Merlino, Marco Antônio Silva Lima, Maria Lúcia Petit, Marilena Vilas Boas Pinto e Miguel Pereira dos Santos.



Carlos Marighella (na foto, logo após ser abatido pela equipe do delagado Fleury); homenagem no Rio

GOVERNO SARNEY

Opção entreguista

Realizou-se nos dias 20 e 21 do corrente, em São Paulo, importante reunião da Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil, com a participação dos deputados federais e estaduais e de representantes dos Comitês Regionais de quase todos os Estados. A questão fundamental tratada foi a situação política, inclusive o rumo que tomam os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Nessa reunião examinaram-se problemas relacionados com o governo Sarney, em crise permanente. Constatou-se que ele procedeu grave modificação na política que vinha seguindo. Embora desde há algum tempo adote uma orientação de direita, reacionária, na atualidade envereda pelo caminho do mais descarado entreguismo, abre completamente as portas do país à espoliação do capital estrangeiro, volta ao Fundo Monetário Internacional, retoma a curto prazo o pagamento dos juros e da dívida externa que tantos danos acarreta ao Brasil. Reforça também as posições do latifúndio e trata de impor um regime retrógrado, cópia do figurino arbitrário da época da ditadura. Isto se reflete na Constituinte, onde, por meio da mais cínica corrupção, do fisiologismo, de ameaças e represálias, forja uma minoria obediente, com a cumplicidade de Ulysses Guimarães e de outros expoentes do PMDB e do PFL. Sob pressão militar, essa maioria conservadora tenta dar ao país uma Carta Magna inteiramente dissociada da realidade nacional e da vontade de grande parte da nação.

Esta mudança de orientação do governo, mais à direita e mais entreguista, retrata o fracasso do projeto nacional da grande burguesia brasileira que pretendia alcançar maior domínio no processo de desenvolvimento do país. A burgue-



Sarney (com Leônidas) capitulação

sia, no poder, demonstra assim não ter condições de defender os interesses nacionais, nem sustentar um regime de efetiva democracia. Capitulou diante da pressão dos imperialistas, aliase ao capital estrangeiro do qual depende cada vez mais.

Em relação com estes fatos, a plenária nacional do PC do B destacou o enorme descontentamento existente no seio da população. O povo brasileiro repudia por toda a parte e em escala sempre maior o governo Sarney e a sua política entreguista e antidemocrática. Os assalariados em geral protestam contra o arrocho salarial contido no Plano Bresser, que reduz o poder aquisitivo das massas em cerca de 40% e incentiva a brusca e injustificável elevação dos preços dos bens de consumo e das tarifas e serviços públicos, sob o pretexto de combate à inflação. A plenária salientou ainda a violência crescente no campo comandada pela UDR, uma organização terrorista, que atua aberta e impunemente.

A discussão dos comunistas chamou também a atenção para o que se vem passando no PMDB que elegeu a maioria da Assembléia Constituinte e dos governadores dos Estados. A conduta desse partido, tanto na Assembléia Constituinte como

nos governos estaduais, com raras exceções, é decepcionante. Embora em suas fileiras atuem homens e mulheres progressistas, estes não constituem a maioria. Os que decidem estão aliados ao governo e aos militares, são inimigos do povo.

Apesar da tendência conservadora e entreguista do governo e da Constituinte - afirmaram os comunistas - é possível reverter o quadro da situação. O povo vai tomando consciência da política de traição nacional e das manobras antidemocráticas, que procuram instituir um regime de semiditadura constitucional. Alertando para o perigo que ameaça a nação, tanto do ponto de vista da sua independência como das restrições à liberdade e à democracia no país, a plenária do PC do B chamou o povo à luta por seus direitos, pela substituição de Sarney em 1988, por uma Constituinte democrática e progressista.

O PC do B está decidido a integrar um amplo e unitário movimento democrático e popular para barrar a ofensiva da reação e para conquistar uma Carta progressista, que, hoje, depende fundamentalmente da mobilização do povo em protesto contra as posições do governo e da direita, em defesa da liberdade, da independência nacional, da terra para os camponeses, da estabilidade e das 40 horas semanais, do voto proporcional e da livre organização partidária. A palavra-de-ordem de Diretas-88, contra a direita na Constituinte e por uma Constituição democrática e progressista assume destaque especial.

Ao final da reunião, os comunistas do PC do B prestaram homenagem póstuma a Paulo Fonteles, dirigente do partido, assassinado covardemente pela UDR a serviço dos latifundiários.

CAMAÇARI

Luíza Maia contra-ataca

A vereadora Luíza Maia, do PC do B, reassumiu seu mandato na Câmara Municipal de Camaçari na segunda-feira, dia 22, ao lado de mais seis colegas de Legislativo e acompanhada de centenas de populares que foram lhe dar apoio. Ela teve o mandato cassado, à sua revelia, pelo presidente da Casa, José Ellis, que a acusa de ter acumulado vencimentos de vereadora e de secretária de Educação, cargo que ocupou até fevereiro deste ano. Luíza, até terça-feira, não havia recebido a comunicação oficial da extinção do seu mandato, mas já está de posse de comprovantes de depósitos bancários que atestam que durante o período em que foi secretária de Educação de Camaçari recebeu apenas este salário da Prefeitura, exatamente a metade do que teria direito como vereadora, pela qual poderia ter optado.

A ação do presidente da Câmara de Camaçari, José Ellis, ex-PDS, ex-PTB Carlota (ligado ao ministro Antônio Carlos Magalhães) e hoje no PMDB, tentou fechar uma ampla articulação dos setores da direita no município contra o prefeito Luiz Caetano, dirigida pelo vice-prefeito Isaac Marambaia, que rompeu com a administração desde junho do ano passado. Marambaia, desesperado por ter sido esmagadoramente derrotado nas eleições do ano passado - os candidatos de Luiz Caetano, Haroldo Lima e Luiz Nova, do PC do B, foram os mais votados no município - tenta por todos os meios desgastar a administração municipal, e para isso aliou-se aos setores mais reacionários da política municipal, alguns dos quais afilhados diletos do coronel Humberto Ellery, interventor do regime militar por 11 anos em Camaçari. Além da tentativa de extinção do mandato de Luíza Maia, José Ellis e mais cinco vereadores do grupo do vice-prefeito pediram intervenção no município, refletindo uma série de acusações de irregularidades administrativas, todas elas já anteriormente refutadas pelo prefeito Luiz Caetano.



Luíza : mandato cassado pela reação e reafirmado pela população

SOLIDARIEDADE

Enquanto aguarda a oficialização da extinção do seu mandato para entrar com mandato de segurança contra a mesa da Câmara, Luíza Maia não para de receber solidariedade. Na Assembléia Legislativa, uma moção assinada por parlamentares denunciou a manobra direitista da Câmara de Camaçari, e na cidade um abaixo-assinado subscrito por dirigentes de entidades sindicais e de bairro do município manifestou a repulsa da comunidade à ação da direita em Camaçari, solidarizando-se não apenas com Luíza Maia, mas com o prefeito Luiz Caetano. "companheiro combativo e defensor dos interesses populares". Logo após a sessão em que ela reassumiu o mandato um ato público em seu apoio foi realizado no auditório do Colégio São Thomaz de Cantuária.

Na segunda-feira, o grupo de vereadores liderado ao vice-prefeito não compareceu à sessão, que foi presidida pelo vereador Amélio Batista, o município da Casa e os pessa-

em seguida, por ter sido cortada a energia do plenário, uma ação de sabotagem. Amélio declarou a Câmara em sessão permanente e solicitou ao juiz da Comarca a indicação de local para funcionamento das sessões, o que significa que o município desde o dia 22 tem duas câmaras funcionando.

O prefeito Luiz Caetano, tranqüilo, afirma que o desespero dos seus adversários resulta do medo que eles têm da participação popular na administração, consolidada com a criação do Conselho Comunitário, do Conselho Político e de conselhos consultivos em várias secretarias e empresas descentralizadas, dos quais participam representantes da comunidade. "Esta participação popular assegura a transparência e a austeridade administrativa e nos dá força para impedir a ação fisiológica destes vereadores e seus líderes, que somente pensam em benefícios pessoais em detrimento dos interesses da comunidade", afirma o prefeito.

(Pedro Augusto, de Salvador)

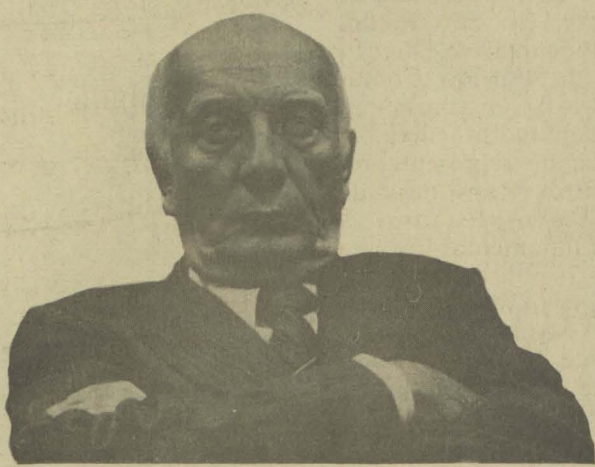
CONSTITUINTE I

Predomina o retrocesso

Moacyr de Oliveira Filho, de Brasília

Encerrada a primeira etapa da Assembléia Nacional Constituinte, o rascunho inicial da nova Constituição chega a ser preocupante. Apesar de alguns avanços conquistados nos temas sociais e dos direitos individuais, nas questões políticas e econômicas o tom predominante dos substitutivos aprovados pelas comissões é extremamente conservador. Três questões centrais se destacam entre os retrocessos impostos pelos conservadores: a afronta à soberania nacional, através do conceito de empresa nacional aprovado e do fortalecimento do modelo econômico exportador; a manutenção dos mecanismos repressivos e arbitrários que caracterizam o Estado autoritário e as ameaças à liberdade de organização partidária e à democracia representativa, através do voto distrital misto.

Foto: Milton Guran



Seria difícil imaginar antes, mas hoje esses dois bueiros estão se beijando

Dispositivos antidemocráticos

O substitutivo aprovado pela Comissão da Organização Eleitoral e Partidária apresenta duas questões de fundamental importância para definir o grau de democracia que teremos no país: a adoção do voto distrital misto e as restrições impostas para o funcionamento pleno dos partidos políticos. A manutenção ou não desses dispositivos definirá se o Brasil terá ou não um regime efetivamente democrático.

A adoção do voto distrital misto, aprovada pela Comissão, representa a primeira grave ameaça para a democracia representativa e para a representação popular, na medida em que institucionaliza a influência do poder econômico nos processos eleitorais e fortalece os chamados "currais eleitorais". Com o voto distrital, os candidatos populares e os representantes dos partidos progressistas dificilmente terão condições de conquistar uma

vaga no Parlamento, uma vez que as campanhas serão mais caras, o coeficiente eleitoral mais elevado e os candidatos de maior influência econômica nos distritos serão privilegiados. Vale lembrar a frase de Tancredo Neves sobre o voto distrital: "...seriam eleitos, em primeiro lugar, os latifundiários, os grandes proprietários de terras; em segundo lugar, o vigário; em terceiro lugar, o tabelião e em quarto lugar o prefeito".

Ao lado do voto distrital, as restrições para o pleno funcionamento dos partidos políticos, aprovados pela Comissão, criam obstáculos ainda maiores para o regime democrático e representativo no país. Segundo o substitutivo aprovado, só poderão concorrer às eleições os partidos que tiverem um mínimo de meio por cento de filiados em relação ao total do eleitorado do país, do estado ou do município e, mais do que isso, só serão considera-

dos partidos de âmbito nacional os que tiverem obtido nas últimas eleições para a Câmara dos Deputados um por cento dos votos ou conquistado um por cento das cadeiras da Câmara dos Deputados. Com isso, os partidos de cunho ideológico e popular ficariam, na prática, banidos do Congresso Nacional, na medida em que ao não conseguirem cumprir essas exigências sequer poderiam disputar as eleições. Mesmo que as cumprissem, o voto distrital se encarregaria de transformar a representação parlamentar numa cidadela inabulável dos conservadores e representantes do poder econômico.

A derrubada desses dispositivos é, portanto, decisiva para a democracia representativa no país. Caso eles sejam incluídos na Constituição, todas as vitórias obtidas estarão comprometidas pela ação de um Parlamento retrógrado e conservador.



Foto: Yone Simidzu

Exportações: incentivos na Carta

Modelo entreguista

O modelo econômico gerado pelo substitutivo aprovado na Comissão da Ordem Econômica é ainda mais dependente e entreguista do que o adotado pelo regime militar. O ponto-chave dessa questão está na definição do conceito de empresa nacional. De acordo com o texto aprovado pela Comissão é considerada empresa nacional aquela constituída e com sede no país, cujo controle de capital esteja sob a titularidade de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país. Por essa definição, qualquer empresa com sede no Brasil, mesmo que seu capital seja majoritariamente de origem estrangeira, passa a ser considerada empresa nacional. Assim, a Shell do Brasil, a Volkswagem do Brasil, a Esso Brasileira de Petróleo e todas as outras empresas multinacionais ou suas subsidiárias são consideradas como empresas brasileiras.

Como se isso não bastasse, o

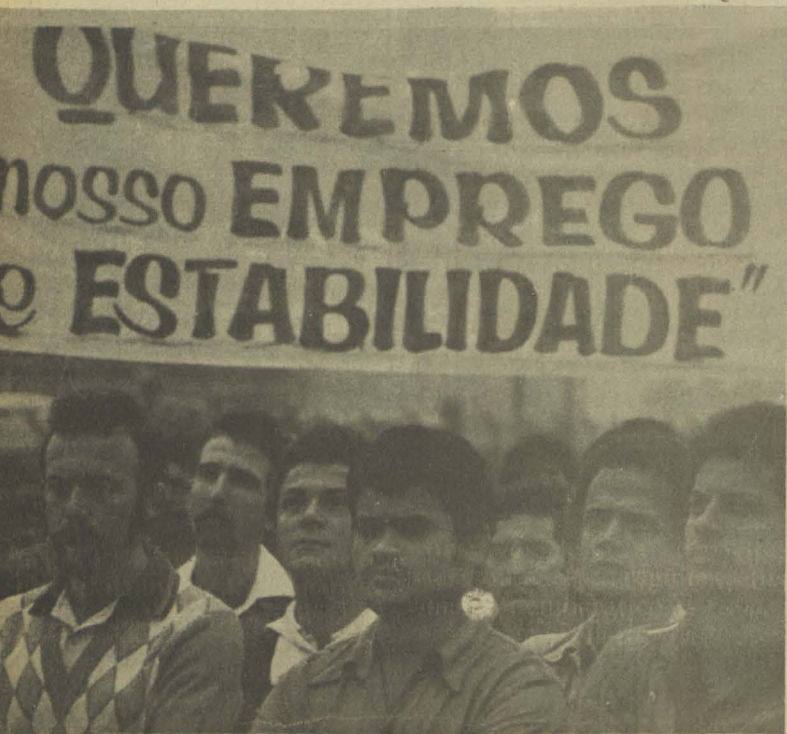
substitutivo aprovado praticamente liquida com a reserva de mercado, na medida em que estabelece o mecanismo de proteção transitória para as atividades consideradas de interesse estratégico para a defesa nacional em substituição ao conceito de reserva de mercado, que é mais abrangente e de caráter permanente.

Além disso, no substitutivo aprovado pela Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças procura-se privilegiar o modelo exportador através da isenção do pagamento de IPI, ICM e ISS aos produtos destinados à exportação. Esse mecanismo, além de servir de estímulo à exportação com o objetivo de atender aos interesses dos banqueiros internacionais em detrimento ao fortalecimento do mercado interno, penaliza ainda mais o consumidor brasileiro, que passa a arcar sozinho com a carga tributária incidente sobre os produtos que consome.

Novas ameaças

Na Comissão da Ordem Social conseguiu-se aprovar importantes avanços que contemplam tradicionais reivindicações do movimento sindical, como a estabilidade no emprego, a jornada de trabalho de 40 horas semanais e o irrestrito direito de greve. Apesar das pressões comandadas pelos constituintes Max Rosemann (PMDB-RJ), Oswaldo Bender (PDS-RS), Cunha Bueno (PDS-SP) e Oswaldo Almeida (PL-RJ), a maioria progressista da Comissão garantiu a

manutenção dessas conquistas. Apesar disso, as pressões contra a estabilidade no emprego e a jornada de 40 horas semanais, vão se intensificar com o objetivo de derrotar esses dispositivos na Comissão de Sistematização e no plenário. O diretor jurídico da FIESP, Ruy Altenfelder, afirmou que esses dois pontos são "inaceitáveis" e que os empresários tudo farão para derrotá-los. O movimento sindical precisa também se mobilizar para pressionar os constituintes a garantir essas duas vitórias obtidas até agora.



A direita agora se volta contra a estabilidade e as 40 horas semanais

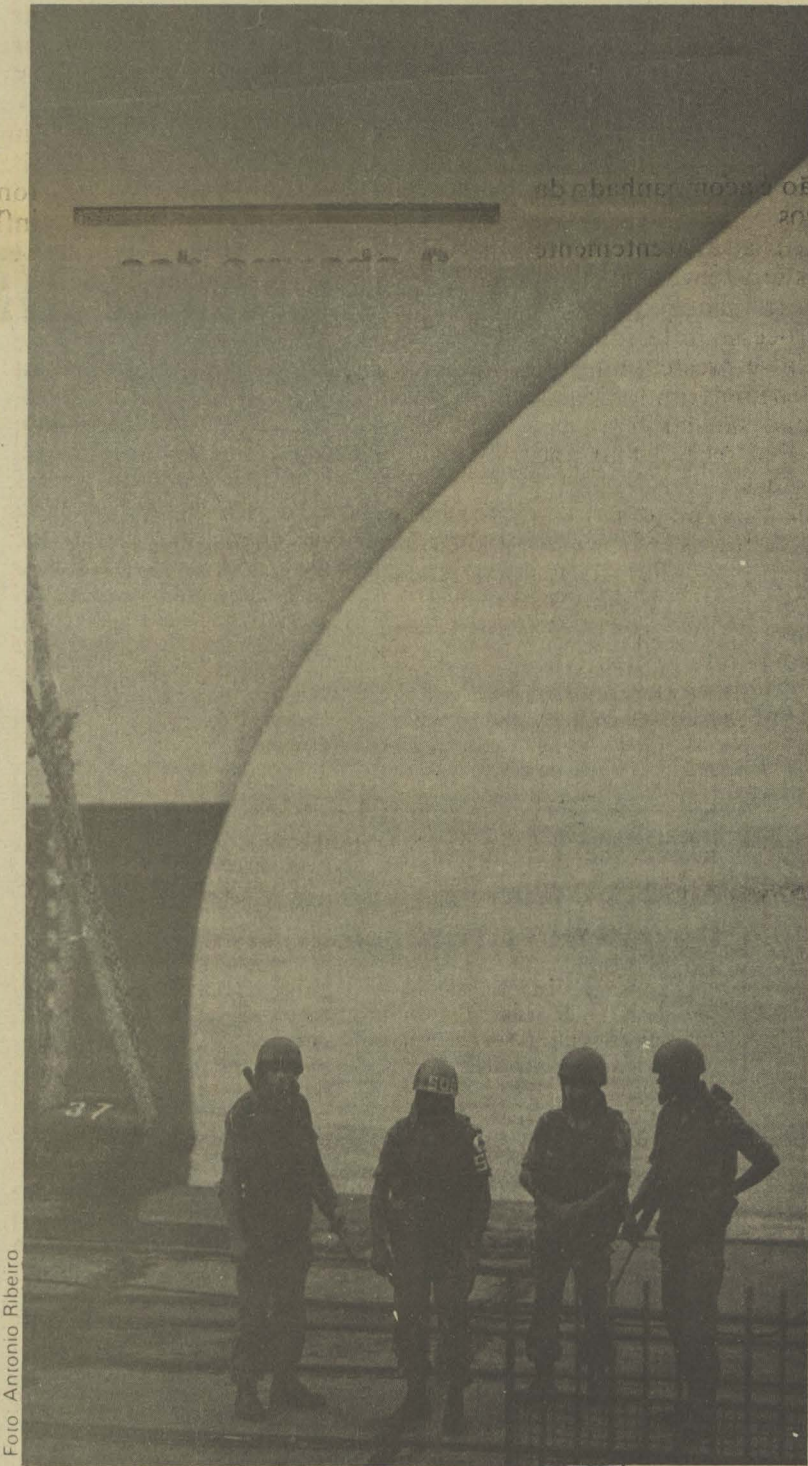


Foto: Antonio Ribeiro

Intervenção nos portos. Arrogância dos reacionários

Estado militarista

Do ponto de vista das liberdades políticas e do regime democrático, os dispositivos aprovados pela Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições mantêm inalterados os preceitos arbitrários, discricionários e repressivos introduzidos pelo regime militar. Além da manutenção do papel constitucional das Forças Armadas, com poderes ilimitados de intervir na política interna do país e do aparelho repressivo, o substitutivo aprovado pela Comissão mantém as medidas de exclusão previstas no chamado Estado de Emergência, que simplesmente foi rebatizado de Estado de Defesa. Assim, o governo continua podendo a qualquer momento

restringir o direito de reunião e de associação, abolir o sigilo de correspondência e das comunicações, ocupar bens e serviços públicos e privados e adotar quaisquer medidas repressivas. Na prática, o governo continua tendo à sua disposição todos os mecanismos arbitrários utilizados pela ditadura para reprimir o povo. A decretação do Estado de Defesa pode ser feita pelo Presidente da República, segundo o texto aprovado, para "preservar ou restabelecer a ordem pública ou a paz social, ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional". Ou seja, qualquer mobilização popular de maior vulto pode ser motivo para a sua decretação. Como nos tempos da ditadura!

CONSTITUINTE II

Tacão militar

Os militares "aceitam" o sistema de governo aprovado até agora pela Constituinte. Eles avaliam que a Assembléia "tem trabalhado de maneira elogiosa, com aplicação, empenho e interesse, o que é digno de elogios". Entretanto, eles consideram "um grande desserviço ao país" a eventual aprovação de estabilidade no emprego para os trabalhadores e jornada de 40 horas semanais. Finalmente, consideram impraticável a anistia e reintegração às Forças Armadas de seus colegas cassados por motivos políticos desde 1946, conforme o proposto por duas Comissões Temáticas. Foi este o recado que o ministro do Exército, general Leônidas Pires, transmitiu ao povo no último dia 24, falando à imprensa logo após a quarta reunião dos ministros militares realizada este ano, com o objetivo explícito de "avaliar a Constituinte".

Além do evidente e previsível conteúdo conservador da nota e das declarações de Leônidas, pelo menos duas grandes conclusões podem ser extraídas dos dois fatos. A primeira é que as Forças Armadas, tendo em vista o sucesso das primeiras

tentativas e o clima reacionário em que mergulhou a Constituinte, sentem-se agora à vontade para intervir ainda mais acintosamente nos trabalhos constitucionais. Já não se contentam em divulgar entre os parlamentares cadernos com "recomendações", em manter na Assembléia um grande número de assessores militares ou em pressionar pessoalmente alguns parlamentares. Julgam-se suficientemente fortes para transmitir "comunicados" à nação.

Há uma segunda conclusão. Todos os retrocessos verificados até agora parecem não terem sido suficientes para contentar os militares. Embora contemplados com o direito de continuar responsáveis pela "garantia da lei e da ordem" e com a criação do Estado de Defesa, entre outros itens, eles dão mostras de que **querem mais**. Resta saber se os setores de centro da Constituinte, especialmente a maioria peemedebista, até agora empenhada em manter a qualquer custo a aliança que estabeleceu com a direita, está disposta a partir para atitudes que resultarão em desgaste popular e eleitoral ainda mais evidente.

DÍVIDA EXTERNA

Na linha do FMI

Convidada pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira, uma missão do FMI chegou ao Brasil na última terça-feira com o objetivo de conhecer e analisar de perto as medidas econômicas adotadas pelo governo. Opinará também sobre o "plano de controle macroeconômico" em elaboração, que complementa o último pacote.

Tudo leva a crer que o novo plano será semelhante às antigas cartas de intenções com o Fundo, adotadas na época do regime militar. Isso sem dúvida muda o caráter do relacionamento entre governos e banqueiros estrangeiros, evidenciando que, na questão da dívida externa, o governo Sarney está disposto a eliminar todos os obstáculos a um acordo com o imperialismo, cedendo completamente às suas pressões.

FIM DA MORATÓRIA

Um dos pontos básicos da nova orientação consiste na suspensão da moratória parcial decretada em fevereiro passado. Igualmente no sentido de ajustar as coisas conforme os interesses dos banqueiros caminha a política de incentivo às exportações com a drástica redução do mercado interno, que, com efeito, vem dando resultado (o superávit da balança comercial está se elevando mês a mês para garantir a meta de um saldo acumulado superior a 8 bilhões de dólares no final do ano).

Assim, o programa econômico do governo adequa-se e implementa ainda mais o modelo dependente, expressando uma verdadeira capitulação do governo às chantagens da comunidade financeira internacional, que se acentuaram após a decretação da moratória, com os credores aumentando suas reservas contra perdas e exigindo o pagamento integral dos juros, inclusive os atrasados.

CONTAS EXTERNAS

As últimas projeções do Banco Central sobre o balanço de pagamentos mostram que o quadro das contas externas brasileiras ainda é dramático. Prevê-se que, neste ano, o Brasil terá uma despesa corrente de 3 bilhões de dólares com remessas de lucros das multinacionais, pagamento de fretes, royalties e patentes e outros serviços. A isto, será acrescido o encargo da dívida, estimando-se que os pagamentos de juros consumirão nada menos que 11 bilhões de dólares em função da possível suspensão da moratória (no ano passado foram gastos cerca de 9 bilhões de dólares com juros).

As projeções do BC, reavaliadas para pior em comparação com as que foram elaboradas no final de 1986, incluem um fluxo negativo de capitais em razão da suspensão de investimentos pelas empresas estrangeiras e do crescente movimento de repatriação de



Foto: Jamil Bittar

Reichmann, da missão do FMI

capitais. Já pelo lado da receita, com os incentivos às exportações, espera-se alcançar um superávit de 8 a 8,5 bilhões de dólares este ano.

Para cobrir o rombo nas contas correntes (diferença entre os pagamentos e recebimentos do país no ano) e recompor modestamente as combalidas reservas internacionais, serão necessários 7 bilhões de dólares, que o governo buscará conseguir refinanciando uma parcela dos juros vencidos e contraindo novos empréstimos, basicamente das instituições oficiais como o FMI e o Banco Mundial.

SUBMISSÃO

E, com isto, inevitavelmente a economia terá de se submeter aos ditames imperialistas. Não foi à toa, por exemplo, que uma antiga exigência do Banco Mundial - de aumentar as tarifas de energia elétrica - acabou sendo contemplada no último pacote econômico. Ao lado disto, as visitas dos técnicos do Banco Mundial ao país passaram a ocorrer com maior frequência, revelando um maior poder da instituição de interferir nos rumos da economia brasileira.

Também não é casual que a linguagem do plano em gestação no Ministério da Fazenda siga as normas do FMI - as linhas de crédito do Fundo são abertas quando o país devedor aceita as condicionalidades por ele impostas, assina suas cartas de intenções, etc.

Outro aspecto relevante, sob o ponto de vista dos interesses dos banqueiros, é a regulamentação da conversão da dívida em investimentos diretos, o que acarretará uma desnacionalização maior da economia.

Como evolui a luta de classes

A situação do Brasil atualmente ilustra com muita clareza o processo de evolução da luta de classes. As contradições da sociedade levam, independente da vontade das pessoas e dos partidos, a uma definição de campos e à participação de todos os segmentos sociais no combate.

AÇÃO DA BURGUESIA

Nos dias de hoje, problemas como o do monopólio da propriedade da terra e da dívida externa colocam-se como entraves de primeira ordem ao desenvolvimento independente e ao progresso da nação. Mas a burguesia, para defender seus interesses, é levada inevitavelmente a conciliar com os banqueiros internacionais e a fazer média com o latifúndio. Em contradição flagrante com as exigências da realidade, usa verdadeiro rolo compressor na Constituinte para impedir que os democratas promovam mudanças nas instituições arcaicas. Faz ameaças e pratica assassinatos para intimidar os representantes mais ligados ao povo.

No terreno da política econômica, devido ao fracasso de seus planos de desenvolvimento, a burguesia é obrigada a adotar um arrocho salarial de proporções nunca vistas em nosso país. E caminha desavergonhadamente para reatar os laços com o FMI.

Em relação ao regime político, trata de estabelecer normas que inviabilizam a legalização dos partidos populares e de adotar o voto distrital, que consagra o voto de curral e o predomínio do poder econômico nas eleições.

LUTA DO POVO

Nestas circunstâncias, as classes dominantes promovem um brutal agravamento das condições de vida do povo e, ao mesmo tempo, fecham os canais de participação no terreno parlamentar. Com isto, mesmo contra a sua vontade, empurram as massas para a luta. E, simultaneamente, demonstram para a grande maioria que se os canais institucionais estão sendo bloqueados, vai entrando na ordem do dia a solução revolucionária.

Isto não quer dizer que as soluções revolucionárias já estejam em pauta. Mas a marcha das contradições aponta neste sentido. O governo da Nova República, que se apresentava como uma saída de "acomodamento" da luta de classes, desmascara-se e mostra os dentes, contribuindo para elevar o nível de consciência dos brasileiros.

Em contraposição a este agravamento das condições de vida, as massas populares ainda reagem principalmente com lutas de caráter reivindicatório - melhores salários, contra o desemprego etc. Mas a acumulação destas manifestações cria condições para uma brusca mudança de qualidade na participação popular.

PAPEL DA CONSTITUINTE

Diante deste quadro, torna-se particularmente importante esclarecer para o povo o processo de luta que se trava na Constituinte. Não que se vá alimentar a ilusão de resolver os problemas neste terreno. Mas é na Constituinte, hoje, que se concentra a luta pelo poder político no país e por transformações reclamadas pela nação. O desdobramento dos embates em torno da nova Carta Magna revelam com muita clareza o comportamento das diversas camadas sociais em relação aos assuntos candentes do momento, servindo como excelente escola da luta de classes.

Certas correntes políticas, sem uma visão histórica do processo revolucionário, menosprezam o papel da luta na Constituinte, tanto como forma de aprendizado como forma de obter conquistas democráticas. Em vez de contribuírem para o processo revolucionário, trabalham para rebaixar o nível das lutas populares.

(Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Abuso sionista

A ambição expansionista de Israel não tem limites. Os sionistas pensam inclusive que podem interferir na atividade dos parlamentares brasileiros, ditando o que podem e o que não podem fazer.

Como se sabe a brasileira Lamia Maruf foi, recentemente, condenada à prisão perpétua em Israel. Protestando contra esta perseguição fascista, 244 parlamentares brasileiros assinaram um documento que foi enviado ao governo israelense. Pois imediatamente o embaixador de Israel, Itzhak Sarfaty, enviou uma carta circular aos deputados dizendo que eles devem se afastar da luta em defesa de Lamia. O Ministério das Relações Exteriores considerou ofensivos os termos da carta e chamou o embaixador sionista para uma discussão, cujos termos não foram divulgados. Os deputados também reagiram à intromissão. O deputado Amaury Muller, do PDT gaúcho, pediu em plenário, na segunda-feira, a expulsão do embaixador de nosso país.

Os sionistas se consideram donos do mundo. Além desta intromissão, já fizeram inclusive incursões armadas em outros países, em verdadeiros atos de pirataria. Israel tornou-se desta forma um centro de terrorismo e banditismo internacional. Uma ameaça a todos os povos.

Uma arma dos capitalistas

O chamado "Plano Bresser" colocou de novo em evidência a polêmica em torno das causas e conseqüências do processo inflacionário. É um debate de grande interesse para a classe operária e os demais trabalhadores, pois a correta compreensão do fenômeno lança luz sobre o verdadeiro caráter da política de controle dos preços adotada pelo Estado capitalista e indica os obstáculos que devem ser removidos para que o combate à inflação seja feito à custa dos ricos.

A explicação oficial que a economia política burguesa reserva à inflação reside na teoria monetarista, adotada pelos seus ideólogos ortodoxos. Nela, os preços são considerados como uma função da quantidade de dinheiro em circulação na economia.

Para que as mercadorias sejam trocadas pelos diferentes agentes que atuam na sociedade capitalista é preciso que circule um certo montante de dinheiro. Esse montante mantém proporção com os preços, a velocidade média da moeda (número de transações que ela propicia) e o nível de produção.

Em geral, os monetaristas consideram que a velocidade da moeda e o nível de produção evoluem de forma estável, sendo então, constantes. E atribuem as variações dos preços exclusivamente à quantidade de moeda em circulação. Entendem, conseqüentemente, que a inflação deriva do excesso de dinheiro no mercado.

Uma vez que a emissão de moeda é uma prerrogativa basicamente do Estado, a alta dos preços acaba resultando, segundo esses economistas, de políticas incompetentes ou demagógicas que conduzem ao déficit público e, daí, à necessidade de emitir, inundando a economia de dinheiro e, com isto, depreciando seu valor. Uma interpretação onde se pressupõe que todo aumento da quantidade de moeda em circulação é acompanhado da alta de preços.

É uma teoria aparentemente simples, mas que tem se revelado completamente inadequada para explicar o processo inflacionário, embora ainda se preste a interesses de classes bem definidos. Suas suposições não são confirmadas pelos fatos. Sua receita não une sequer a burguesia.

A realidade mostra que a quantidade de mercadorias em circulação (ou em oferta) numa dada sociedade pode sofrer alterações bruscas, fazendo com que os preços subam independentemente da variação do montante de dinheiro disponível. Também subsistem em algumas economias, fatores estruturais que limitam a oferta de produtos, constituindo um foco permanente de inflação.

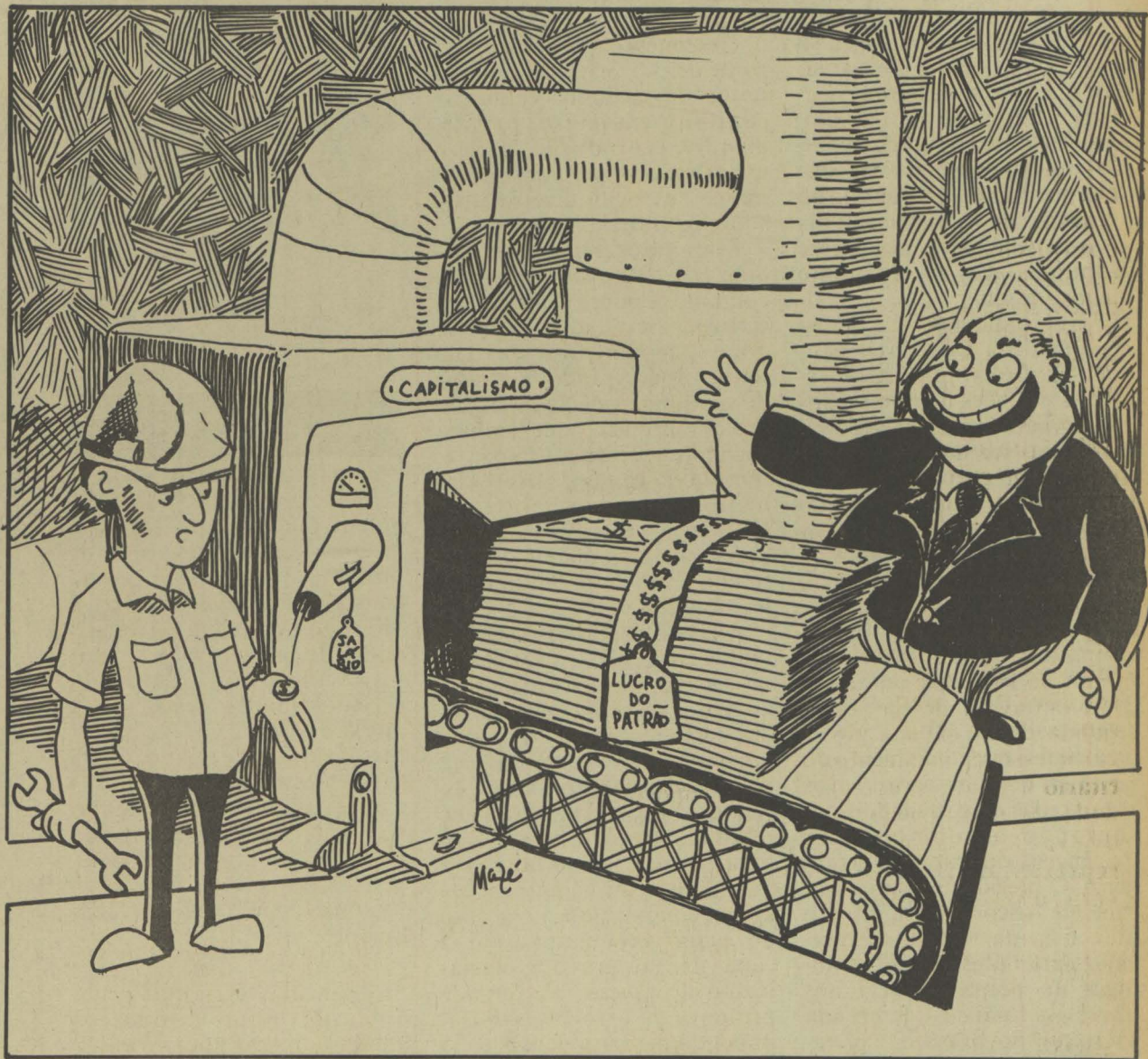
Uma teoria que nada explica

Se, em geral, a interpretação monetarista padece de sérias falhas, ela tem sido particularmente imprestável quando se defronta com as mudanças de preços nas condições do capitalismo monopolista. A atualidade tem sido implacável com os economistas ortodoxos.

É parte da lógica monetarista que o excesso de moeda acaba provocando, ou no final das contas equivalendo, o excesso de demanda, já que com a abundância de dinheiro todos querem comprar e a procura torna-se maior que a oferta. Mas, se assim é, como explicar a chamada estagflação, inflação com recessão - estando a demanda e a produção em queda?

A título de exemplo, é bom lembrar a recessão brasileira de 1981-83, imposta pelo FMI. Apesar da redução da demanda e da produção, do desemprego em massa e da forte contenção dos meios de pagamentos (que evoluíram menos que os preços, ou seja, declinaram em termos reais), a inflação dobrou: passou de 95,2% em 1981 para 99,7% em 82 e 211% em 83, segundo o índice da Fundação Getúlio Vargas. A variação dos meios de pagamento no período foi, respectivamente, de 74,7%, 69,7% e 92%.

O abismo entre a realidade e a teoria monetarista ficou mais que patente. Não foi, contudo, a falácia teórica mas sim divergências



de interesses no seio das classes dominantes que levaram certos grupos de economistas burgueses a se divorciarem da ortodoxia monetarista e de suas receitas (prejudiciais a alguns setores da burguesia), buscando analisar o processo inflacionário sob uma ótica diferente.

Entre as tendências rebeldes no âmbito da economia política burguesa, ultimamente andam ganhando notoriedade por aqui e em outras plagas as idéias (e também as amargas receitas, que temos sido forçados a engolir) dos chamados economistas heterodoxos.

O charme dos "heterodoxos"

Ao procurar um diagnóstico alternativo, um modelo distinto do monetarismo, embora sem negar seus compromissos de classe, esses economistas mostram-se em certo sentido, mais prudentes com a realidade e conseguem enxergar e admitir algumas das características do processo de formação dos preços no capitalismo monopolista.

Pelo menos até em que ainda militava nas hostes oposicionistas, o senhor Bresser Pereira, atualmente ministro da Fazenda, era um adepto da explicação heterodoxa da inflação. Tinha mesmo a virtude de elaborar e anunciar seu pensamento de forma mais clara que a maioria dos seus colegas de escola.

Com a autoridade de quem já dirigiu um monopólio (o grupo Pão de Açúcar, renomado remarcador), o titular da Fazenda nos garante que as grandes empresas e os poderosos grupos econômicos dispõem, na atualidade, de razoável autonomia sobre o mercado para praticar uma política de preços "administrados".

Assim, podem os monopólios aumentar os preços de seus produtos com a finalidade de ampliar (ou manter inalterados) seus lucros, independentemente da situação do mercado e sem prévia aceleração da oferta de dinheiro (embora, diz-nos o senhor Bresser, o governo, pressionado pela burguesia, acabe emitindo, "sancionando a alta de preços"). O procedimento das empresas é este "quando não estão submetidas à competição".

"O resultado de uma luta feroz"

Ao aprofundar a análise da inflação, vendo que ela pode decorrer do movimento dos monopólios no sentido de aumentar (ou manter) seus lucros e abocanhar uma parcela maior do excedente econômico, ele generaliza, notando que a alta de preços resulta de um movimento dos diversos segmentos da burguesia para ampliar (ou manter) sua par-

ticipação no produto.

Mais direto que muitos de seus colegas heterodoxos (que preferem usar a pomposa e enigmática expressão "conflito distributivo"), Bresser Pereira escreveu no livro "Inflação e Recessão" (em parceria com Yoshiaki Nakano, hoje seu principal assessor no Ministério da Fazenda, a obra foi publicada em 1984): "A inflação é, na verdade, o resultado de uma luta feroz pela divisão do excedente econômico. Esta luta trava-se ao nível das empresas. Aquelas que forem capazes de aumentar mais e mais rapidamente seus preços, aquelas que tomarem a dianteira do processo inflacionário serão certamente as beneficiárias".

E complementa: "Em um nível mais amplo, entretanto, esta luta se trava entre classes sociais. Nos países subdesenvolvidos, ela é a forma, por excelência, através da qual os capitalistas reduzem os salários reais dos trabalhadores, criando o que seus ideólogos chamam de 'poupança forçada', mas que na verdade não passa de um aumento relativo na taxa de lucro das empresas", assegurando "taxas de crescentes lucros e acumulação de capital".

A burguesia e sua ganância

Sendo ainda mais específico, o atual ministro salienta: "A inflação brasileira é um instrumento de transferência de renda dos setores politicamente mais fracos, ou seja, dos trabalhadores, e dos setores economicamente menos dinâmicos, para os setores economicamente dinâmicos e politicamente fortes que comandam o processo de acumulação de capital do país. A inflação é uma luta dos grupos dominantes para se apropriarem de uma parcela cada vez maior do excedente econômico, em prejuízo dos trabalhadores, da baixa e média tecnoburocracia e das pequenas e médias empresas situadas nos setores capitalistas tradicionais ou competitivos da economia".

Ao analisar a política adotada por Delim Netto a partir de 1981, de buscar a qualquer preço elevados superávits comerciais para garantir o pagamento dos banqueiros, Bresser observa: "Esta opção, ao que tudo indica consciente por parte do governo, pela prioridade ao equilíbrio da balança comercial às custas do aumento da taxa inflacionária nos leva lembrar que a inflação é afinal funcional para a acumulação capitalista na medida em que transfere a renda dos assalariados e dos setores capitalistas politicamente mais fracos, ou não considerados prioritários pelo sistema de planejamento, para os setores capitalistas mais dinâmicos e poderosos". Ressalte-se de passagem, que tal observação sobre o significado da prioridade às exportações continua absolutamente atual.

Salientando que "não é possível estabelecer uma relação casual direta entre aumento de preços e aumento da quantidade de moeda", pois "o movimento pode ser perfeitamente o inverso", ou seja, "primeiro aumentam os preços" (...) "e em seguida" (...) aumenta-se o crédito e emite-se", o senhor Bresser faz a seguinte apreciação do monetarismo (aqui chamado de teoria neoclássica): "Nada está mais longe da realidade do que a tradicional teoria neoclássica de preços. Constitui, na realidade, uma justificativa ideológica muito importante e por esta razão este tema deverá continuar nos livros-texto tradicionais por muito tempo".

O diagnóstico do atual titular da Fazenda é, em muitos sentidos, correto. A inflação reflete, com efeito, uma acirrada luta de classes e de efeito transforma-se em causa, tornando a luta ainda mais violenta. E é basicamente uma conseqüência da gananciosa corrida dos capitalistas atrás de lucros e mais lucros. Tem portanto um agente, um sujeito muito bem estabelecido: a burguesia, movida pela ganância, e representada principalmente nos grandes grupos econômicos, nos monopólios.

E o Estado, a quem defende?

Se cada capitalista, ao aumentar seus preços, logra aumentar seus lucros individuais, ainda mais eficiente torna-se o processo inflacionário em sua atuação global. Os salários reais dos operários e do conjunto dos assalariados perdem valor, cai a parte do produto que se destina a salários (inclusive nos setores improdutivos), cresce, do outro lado, a parcela composta de lucro e os capitalistas também pelejam entre si para decidir quem abocanha o melhor pedaço do bolo.

Só há um problema com as observações do senhor Bresser, que ele reconhece e ao qual se refere com justa preocupação quando constata "que a inflação é afinal funcional para o sistema capitalista" e cai em si sobre o papel do Estado quando este busca controlar a alta dos preços. "O grave problema envolvido nesta conclusão é o de que o Estado, encarregado de realizar esta política econômica, definitivamente não é um agente neutro, não é um árbitro colocado acima da sociedade mas, ao contrário, serve aos desígnios da acumulação capitalista". Dá-se o desconto de que ele escreveu tudo isto ainda no início desta década, quando oposicionista, mas não é prudente a um representante da grande burguesia andar dizendo certas coisas em público. No próximo número abordaremos o caráter de classe da política burguesa de combate à inflação, com destaque para o tratamento (ou choque) "heterodoxo".

(Umberto Martins)

GREVE GERAL

Garantir a unidade

Nos últimos dias, três acontecimentos políticos de alto significado colocaram para o movimento sindical uma situação que exige resposta imediata, combativa e unitária. São eles o resultado das votações nas comissões temáticas da Constituinte, a entrevista do presidente da República no dia 17 e a decretação do pacote econômico conhecido como plano Bresser.

1) No episódio das votações na Assembléia Constituinte, pode-se afirmar que prevaleceram as posições da direita, dos conservadores. A persistir essa tendência, teremos uma carta que será um grande retrocesso para a luta democrática do povo brasileiro. Com exceção de alguns pontos aprovados na Comissão de Ordem Social, como as 40 horas e a estabilidade no emprego, nas demais comissões foram vitoriosos pontos de vista reacionários.

2) A entrevista de Sarney, a segunda depois de sua posse, consolidou o realinhamento do governo com as forças mais retrógradas da sociedade, consagrando a submissão às exigências do capital estrangeiro. O presidente admite claramente o acordo com o FMI, abre mão da reserva de mercado para indústrias de tecnologia de ponta e apela aos interesses forâneos oferecendo a criação no Brasil de “plataformas de exportação”. Para os trabalhadores, apenas apelos melífluos de pacto social, com base no maior arrocho salarial da história.

3) O chamado plano Bresser é a materialização, em termos de política econômica, deste reali-

nhamento político do governo. O plano é recessivo, pois limita o crescimento econômico em cerca de 3 a 3,5%, abrindo as portas da nação mais ainda ao capital estrangeiro, privilegiando a produção para a exportação e apertando, como nunca, o torniquete salarial sobre os trabalhadores.

Estes fatos estão interligados. São fruto de uma nova conjuntura política que se concretizou, resultado do abandono por parte do governo Sarney e da grande burguesia de qualquer veleidade de um projeto próprio, que embora vacilante e inconsequente, contemplava alguns interesses nacionais e democráticos. Colocam-se agora, como executores dos planos do latifúndio e do imperialismo em nossa pátria.

A classe operária, os assalariados em geral e os camponeses, estão sendo duramente atingidos pelas medidas tomadas e isso repercutirá de forma intensa no movimento sindical. No caso da Assembléia Constituinte, os setores empresariais e reacionários já se mobilizam para derrotar as 40 horas e a estabilidade no emprego até agora conquistados. No caso do plano econômico, sob a capa de um novo congelamento de preços, na verdade promove o arrocho salarial impondo perdas que vão de 35 a 60% conforme a categoria profissional.

É urgente mobilizar amplas forças para se opor à implementação da política econômica do governo e pressionar os constituintes para que apro-

PONTO DE VISTA SINDICAL



Ronald Freitas

vem artigos garantindo uma constituição democrática e progressista. A convocação de uma greve geral de protesto, coloca-se na ordem do dia. O seu êxito dependerá da capacidade de ação unitária dos vários segmentos e correntes do movimento sindical. A união da CGT, CUT e outras forças sindicais e políticas, será fator determinante nesta empreitada. Qualquer tentativa de hegemonização do movimento, por outro lado, poderá provocar a divisão da luta dos operários e trabalhadores.

Assim, através de um Forum Sindical Unitário, todos os interessados em lutar e resistir ao pacote econômico, poderão chegar a um acordo que estabeleça a pauta, a data e os mecanismos de deflagração de uma greve geral contra o arrocho, contra o avanço da direita na Constituinte e por eleições presidenciais em 1988.

PORTUÁRIOS

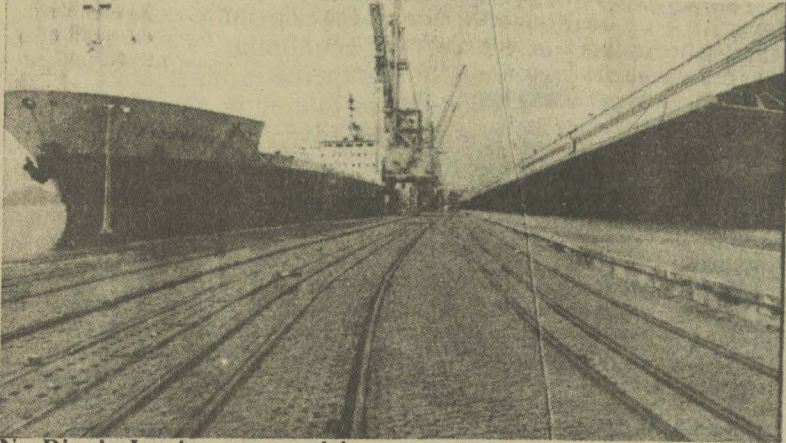
A greve se alastra

A greve dos portuários, iniciada no Rio de Janeiro no último dia 18, ganhou projeção nacional. Ao fecharmos esta edição, a paralisação atingia outros cinco Estados - Amazonas, Alagoas, Pernambuco, Bahia e Espírito Santo. Em São Paulo, com 11 mil operários no setor, a assembleia convocada para o final de semana deveria deflagrar o movimento.

A categoria, que conta com 30 mil trabalhadores em todo o país, luta por uma única reivindicação: a correção da curva salarial, o que garantiria um aumento de 16% nos salários. A correção já estava acertada entre a Portobrás e a Federação dos Portuários desde final de maio. Mas o governo, através do Cise (Conselho Intermistrial de Salários das Estatais), não cumpriu o

acordo, desrespeitando as negociações efetuadas.

Na terça-feira, dia 23, as negociações entre as lideranças grevistas e o governo não deram em nada. Os ministros Almir Pazzianotto e José Reinaldo (dos Transportes) não apresentaram nada de concreto. Segundo Waldir Araújo, presidente do Sindicato dos Portuários do Rio de Janeiro, a paralisação prosseguirá até a vitória da categoria: “A reposição exigida pelos trabalhadores, referente as perdas salariais de março até maio, está longe dos 271% de aumento nas tarifas portuárias somente neste ano”, comenta o dirigente sindical. Para ele, “o governo da Nova República promove um dos maiores arrochos da história da categoria”.



No Rio de Janeiro, a greve deixou o porto completamente vazio

LEI SINDICAL

Um novo golpe

O governo federal enviou ao Congresso na segunda-feira, dia 22, o projeto de lei que dispõe sobre a organização sindical e as relações coletivas de trabalho - aí incluído o direito de greve. A proposta, assinada pelo ministro Almir Pazzianotto, conseguiu unanimidade de crítica. Parlamentares e dirigentes das duas centrais sindicais (CGT e CUT) condenaram o projeto, afirmando que ele desrespeita a soberania da Constituinte, que foi eleita exatamente para formular as novas leis do país.

O projeto deixa claro que o governo se apressa para interferir nos rumos da Constituinte nesta questão. O relatório da comissão que tratou do tema apresentou um grande avanço. Ele garante total liberdade dos sindicatos e defende a unicidade e o irrestrito direito de greve - inclusive para os chamados setores essenciais. Já o projeto governamental representa o retrocesso. Ele mantém e até amplia a proibição da greve nos setores essenciais e nos serviços públicos; estipula um quórum que inviabiliza a decretação da greve, além de exigir que sua votação seja secreta. Conforme confessou um assessor do Palácio do Planalto, “se a proposta for aprovada e obedecida à risca, não

haverá mais greves no país”. No tocante à organização sindical, a proposta apresenta vários contrabandos e questões controversas. Ela abre possibilidade para a implantação do pluralismo sindical no Brasil, permitindo a formação de sindicatos por empresa. Pazzianotto, ao explicar o projeto, não conseguiu esconder a gravidade da questão. De acordo com o que ele afirmou, se a multinacional Volkswagen quiser, ela pode fundar o seu próprio sindicato.

Além disso, o projeto prevê a extinção gradual da Contribuição Sindical num prazo de cinco anos. Como fonte alternativa de finanças, sugere o exercício de “funções econômicas” pelos sindicatos, que se tornariam empresas capitalistas. O objetivo claro é corromper o sindicalismo, a exemplo do que ocorre em vários países da Europa e nos Estados Unidos.

Para os sindicalistas e constituintes progressistas, o projeto já nasceu morto, é “extemporâneo”, e nem será apreciado no Congresso. Mas, para evitar surpresas, os sindicatos já se articulam para bombardear o “pacote sindical” do presidente Sarney.

(Altamiro Borges)

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

A luta pelo gatilho

Na última quarta-feira, delegações e representantes de entidades de servidores públicos de todo o país aportaram em Brasília com difícil missão: discutir com vários ministros a situação do funcionalismo público que já era precária antes do Plano Bresser. Os funcionários não receberam, em sua esmagadora maioria, os gatilhos salariais e agora tiveram consolidadas as perdas com a extinção da escala móvel. Os líderes sindicais vão tentar também influenciar os deputados constituintes apresentando suas reivindicações e tocando especialmente num ponto que é a questão da sindicalização da categoria. No relatório consagrado a esse tema, enviado à Comissão de Sistematização, o direito a sindicalização do funcionalismo foi garantido. Acontece que o decreto enviado pelo executivo ao Congresso Nacional, na

semana passada, proíbe essa possibilidade.

Os servidores têm dado exemplo de combatividade na luta contra o novo arrocho que se quer impor ao trabalhador brasileiro, seguindo os ditames do FMI. Greves, passeatas, pontilharam o mapa do Brasil dirigidas pelas associações do funcionalismo. A batalha no momento se concentra na exigência de pagamento dos gatilhos; a não aceitação do congelamento salarial, especialmente dos servidores públicos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, que ficaram mais defasados ainda dos outros estados; o repúdio à violência da repressão policial e a luta pela volta da escala móvel como forma de recomposição do já combatido poder aquisitivo dos salários. Ao lado dessas reivindicações, estão programando para o mês de julho congressos e encontros.



Foto Altton S. Leite



Os servidores públicos em todo o país aprofundam a luta pelo gatilho

Novas vítimas

O Dieese (Departamento Inter-sindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas) divulgou nesta semana novos dados sobre o desemprego da Grande São Paulo. Segundo o órgão técnico dos sindicatos, a taxa de desemprego passou de 8,9% em abril para 9,5% em maio - o que representa que o número de pessoas sem trabalho pulou de 675 mil para 724 mil em apenas um mês. Para Walter Barelli, presidente do Dieese, a partir destas informações “não dá para esconder que estamos no começo de uma crise, no começo da recessão”.

Para algumas categorias operárias, o aumento das demissões já é uma realidade paupável. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, nos primeiros cinco meses deste ano, 13 mil metalúrgicos foram dispensados do trabalho - dos quais cerca de 4.500 são operários das montadoras multinacionais de automóveis. Além disso, as empresas aumentam as ameaças. A Ford de São Bernardo anunciou que deverá demitir 2 mil trabalhadores e programou férias coletivas de 15 dias. A Fiat, em Betim (MG), também pretende dar férias coletivas. Já a Mannesmann, no mesmo Estado, fez uma proposta absurda aos 9.500 funcionários. Ela quer reduzir em 25% a jornada de trabalho, reduzindo também o salário.

Condutores parados

Reivindicando equiparação salarial com os motoristas urbanos de Porto Alegre, que recebem Cr\$ 8 mil, o restante da categoria no Estado iniciou no último dia 18 uma greve. Mesmo tendo um prejuízo de cerca de Cr\$ 40 milhões em cinco dias de paralisação, os empresários se recusam a atender os trabalhadores. Na prática, pretendem se aproveitar da luta dos condutores para barganhar novos aumentos de tarifa. “Concordamos que a reivindicação dos motoristas é justa, mas precisamos ter a contrapartida”, afirmou, cinicamente, o presidente da Federação das Empresas de Transportes Rodoviários, Hugo Fleck.

Os grevistas, entretanto, não aceitam a jogada suja. Segundo o sindicato da categoria, “as empresas têm condições de pagar o aumento e só não avançam nas propostas se não quiserem”. Para a entidade, o reajuste salarial não deve ser repassado para os mais de 240 mil usuários de ônibus no Rio Grande do Sul.

Pauta dos canaviais

Importante encontro dos canaviais de Campos (RJ) foi realizado dia 21, com o objetivo de definir a pauta de reivindicações para a convenção coletiva de trabalho. Os trabalhadores querem um piso de Cr\$ 4 mil, preços diferentes a serem pagos de acordo com a situação de cana a ser cortada, melhoria nas condições de transportes, comprovantes de pagamento, fornecimento de ferramentas, pagamentos dos dias não trabalhados por motivo de doença ou alheios à vontade das partes, estabelecimento do valor da capina de acordo com a diária do piso salarial da época, entre outras reivindicações.

Participaram do encontro cerca de 600 trabalhadores. Eles se comprometeram a aumentar a mobilização das bases e preparar o novo encontro com canaviais de outros quatro municípios produtores de cana, a ser realizado dia 28. (da sucursal)

Ocupação de terras

Trabalhadores rurais ocuparam, na madrugada de 12 de junho, terras do Horto Florestal de Vergel, em Mogi Mirim, São Paulo. “Queremos terra para produzir alimentos”, eles gritavam, enquanto carregavam seus “trens” e organizavam a ocupação. Uns 30 barracos, cobertos de lona, ocupam o que antes eram terras desoladas e uma casa abandonada, cheia de mato e sem telhado.

A população de Mogi Mirim não escondeu seu apoio aos lavradores. Foram realizados leilões de galinhas pela reforma agrária. Os ocupantes conseguiram, inclusive, alimentos para uma semana ao percorrerem três ruas de um bairro da periferia! Vereadores do PC do B e do PT e a Juventude do PMDB expressaram também sua solidariedade com a causa dos sem-terras. A ocupação, um sintoma gritante de que a luta pela terra não se esmorece, ocorreu um dia após o assassinato do advogado dos posseiros do Pará, Paulo Fonteles, em Belém. (de correspondente)

Arbitrariedades

Na semana passada foi demitido dos Correios, em Santos, SP, Lido Henrique Vercosa, que tinha 18 anos de casa, sem que lhe fosse apresentado nenhum motivo. O ato arbitrário partiu do chefe do C.D.D. na cidade, Arnaldo Massami Hanaoka. Este elemento insiste em aterrorizar os trabalhadores com expressões do tipo: “a ordem agora é terror”. Seu chefe também gerou medo. (do correspondente)

POLÍTICA SALARIAL

Os sofismas do ministro

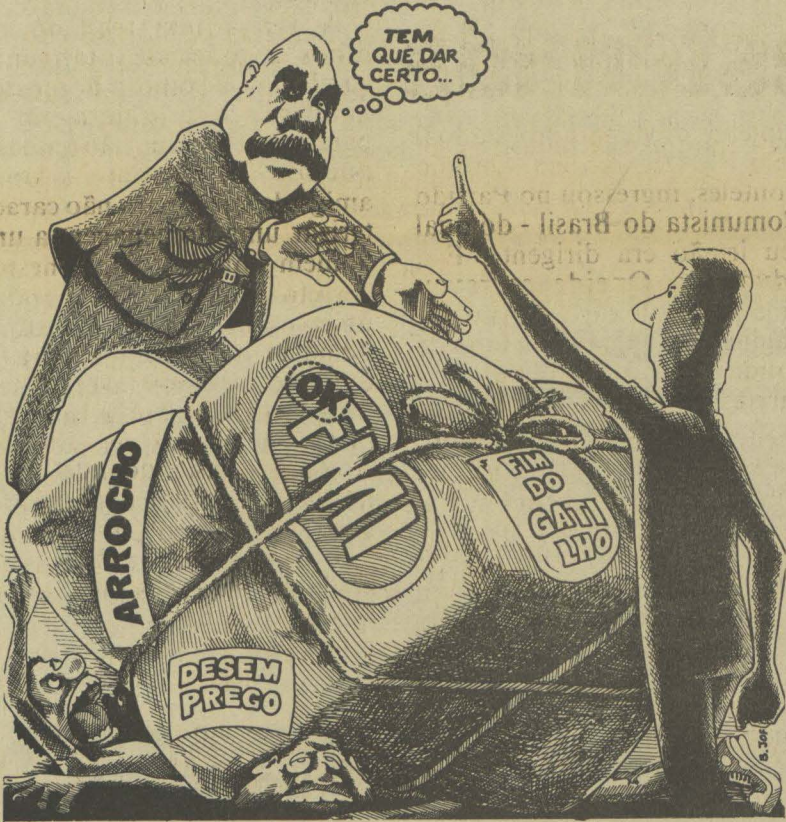
O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, tem dedicado uma boa parte do seu tempo à tentativa de convencer a opinião pública de que seu plano econômico não implica em arrocho salarial, mas, ao contrário, traria até benefícios aos trabalhadores.

O senhor Bresser argumenta que a concessão do gatilho de junho (referente à inflação de maio) garante a manutenção dos salários médios reais acrescidos de um modesto ganho, caso o congelamento dê certo e a alta dos preços em julho seja relativamente baixa.

SOFISMAS

Seu raciocínio é aparentemente simples. Até junho, o gatilho vinha sendo acionado mas os salários se confrontavam com preços em ascensão que reduziam o poder de compra ou o valor real da remuneração da força de trabalho no decorrer do mês, e este, por isto, desenvolvia uma curva descendente. Em julho, aceita a hipótese de inflação menor, os salários reais se manterão estáveis ou terão uma perda relativamente inexpressiva durante o mês, permanecendo com o poder de compra do dia em que o trabalhador recebe.

Matreiramente, o ministro esquece que o gatilho não era suficiente para recompor o salário real do mês anterior, uma vez que limitava-se a 20%, enquanto, por exemplo, a inflação de junho (que está em questão) deve ficar em torno de 30%. Da mesma forma, ele supõe (e somente porque isto é favorável à sua argumentação) que o salário é gasto no decorrer do mês, quando, na realidade, ele é quase que integralmente consumido logo após o pagamento (quando se pagam os aluguéis e outras prestações, realizam-se as maiores compras de supermercados, etc.) - mesmo porque isto constitui uma forma de defesa elementar contra a inflação. Apenas uma



pequena parcela é poupada para fazer frente a outros gastos correntes durante o mês.

No mês de julho, portanto, os salários se defrontarão, principalmente, com os preços inflacionados do mês anterior. Isto é particularmente verdadeiro para os explosivos reajustes de tarifas, como energia elétrica, que serão cobradas nas contas do próximo mês (embora sejam subtraídas do índice manipulado pelo governo). De resto, a tabela oficial elaborada pela Sunab elevou ainda mais os preços e, segundo cálculos da FIPE, provocará, por si só, um impacto de 5,5 pontos no índice daquela fundação. Sem falar que ainda é cedo para cantar o sucesso do congelamento.

DIVERSIONISMO

Como se vê, o senhor Bresser vem se utilizando de vários sofismas para sustentar a tese de que os salários reais serão preservados e sofrerão um

pequeno aumento. Não é de estranhar.

Porém, o objetivo do senhor ministro não é tanto o de vencer a opinião pública sobre sua teoria. Antes, ele pretende desviar a atenção dos trabalhadores para um aspecto que é, com toda certeza, o menor: a situação dos salários médios reais em relação ao mês anterior.

O que os trabalhadores exigem - e está a reivindicação do movimento sindical - é a recomposição integral das perdas salariais estabelecidas no pacote que, como demonstra o estudo do Dieese (veja o quadro), são as maiores da história. A começar pela aplicação do gatilho de junho. Da mesma forma, é preciso alterar a nova sistemática de reajuste que, sem qualquer dúvida, implicará em mais arrocho. A consolidação do arrocho provocado pela inflação passada, assim como imposição de novas perdas pela futura, são inaceitáveis.

DATA-BASE	NÚMERO DE TRABALHADORES POR DATA-BASE (EM MIL)	DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR DATA-BASE (EM %)	EVOLUÇÃO DO SALÁRIO NOMINAL DE MARÇO/86 A JUNHO/87 (EM %)	SALÁRIO REAL EM 01/07/87 (EM %)	PERDA SALARIAL ATÉ 01/07/87	REAJUSTE NECESSÁRIO PARA REFOR AS PERDAS ATÉ O PLANO CRUZADO III (EM %)
JANEIRO	2.366	11,4	153,30	63,14	36,86	58,38
FEVEREIRO	802	3,9	146,59	61,47	38,53	62,68
MARÇO	1.899	9,1	134,13	58,36	41,64	71,35
ABRIL	977	4,7	167,84	66,77	33,23	49,77
MAIO	3.277	15,8	169,98	67,30	32,70	48,59
JUNHO	1.137	5,5	177,21	69,10	30,90	44,72
JULHO	1.204	5,8	157,20	64,12	35,88	55,96
AGOSTO	910	4,4	160,29	64,89	35,11	54,11
SETEMBRO	1.939	9,3	164,67	65,98	34,02	51,56
OUTUBRO	2.701	13,0	124,34	55,92	44,08	78,83
NOVEMBRO	2.930	14,1	128,61	56,99	43,01	75,47
DEZEMBRO	615	3,0	136,13	58,86	41,14	69,89
TOTAL GERAL	20.757	100,0	-	-	-	-
MÉDIA PONDERADA	-	-	-	62,26	37,74	60,62



O protesto diante do Hilton Hotel, em Belém, onde a UDR realizava mais um de seus leilões para financiar a luta contra a reforma agrária

Resposta à UDR em Belém

Dez dias após o assassinato do advogado Paulo Fonteles, a UDR realizou, no dia 20 último, um "leilão-festa" no Hilton Hotel de Belém. Um verdadeiro acinte contra as organizações populares e democráticas, que responsabilizaram a entidade dos latifundiários pela morte do advogado dos posseiros e dirigente regional do PC do B.

No dia do leilão, partidos políticos, sindicatos e entidades populares realizaram, diante do hotel, um ato repudiando o assassinato de Fonteles e exigindo a demissão dos secretários da Agricultura, Cláudio Furnam, e da Segurança, Antônio Carlos, ligados à UDR.

Multiplicam-se as manifestações exigindo a punição dos assassinos. No dia 15, Dia do Trabalhador da Construção Civil, o sindicato dessa categoria, juntamente com diversos outros sindicatos e representantes da CGT, CUT, Fecampa, PC do B, realizaram um ato que contou com a participação do presidente do INCRA, dr. Ronaldo Barata, do deputado João Batista e de familiares do ex-deputado Fonteles. Raquel, sua viúva, repetiu as palavras de Paulo quando se deparava com dificuldades: "Você é comunista, seja firme e vá à luta".

Na manhã de 18, a mãe, a viúva e irmãos de Fonteles reuniram-se com a direção do PC do B e o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, dr. Márcio Thomaz Bastos, que foi a Belém acompanhar o inquérito policial para apurar o crime e punir os culpados. Foi formada uma comissão de advogados, coordenada por Thomaz Bastos e integrada por Américo Leal, José Carlos Castro, Jorge Lopes de Farias e Oneide Fonteles Almeida, que se envolverá de perto no levantamento do crime. Márcio Thomaz Bastos firmou que participará das investigações não só como dvogado criminalista, mas também como representante a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, o Ministério da Justiça, sendo como uma questão de onra levar o inquérito até a

identificação dos culpados, sob o risco de continuar essa matança.

DESAFIO AO GOVERNO

No mesmo dia, Bastos entrevistou-se com o governador, que considerou importante a participação da OAB no acompanhamento do inquérito para evitar que caia na vala comum dos casos irresolvidos.

Na noite de 18, na sede da OAB, mais de 600 pessoas participaram do ato solene pela passagem do 7º dia do assassinato de Fonteles. Os diversos pronunciamentos permitiram transmitir ao dr. Márcio um retrato do político competente, da pessoa boa e fiel ao povo, firme nos seus princípios e seus ideais de liberdade e justiça que foi Paulo Fonteles. Thomaz Bastos afirmou que "nós, advogados, não seremos cúmplices desta injustiça em que os ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Não seremos cúmplices da omissão. Encararemos o caso de Fonteles como um desafio ao governo, que vamos cobrar até que se desvenda. Sua morte não ficará impune. Temos mais que a esperança, a certeza que esse crime não ficará impune".

A secretária de Educação e esposa do governador, Terezinha Gueiros, destacou que ela e o marido estavam particularmente empenhados na elucidação do crime. Um dos familiares de Paulo, ao pronunciar-se na cerimônia, cobrou do governador a demissão imediata dos secretários Furnam e Antônio Carlos - ambos da UDR -, como demonstração do real empenho do governo na apuração do crime. A demissão desses secretários foi exigida durante toda a manifestação.

NOVOS ATOS

O dia 19 foi marcado com manifestações no município de Bujaru, na Câmara Municipal, com a presença de Antônio Fonteles, irmão de Paulo e suplente de deputado estadual, e Luís Antônio Damasceno, representante do PC do B. Os vereadores aprovaram uma

grande manifestação pública na cidade. Também no Sul do Pará, em Rio Maria, houve programação com inauguração da sede do partido com a presença da dirigente regional do PC do B, Maria do Socorro Gomes.

Para quando se completarem 30 dias da morte de Paulo

estão marcadas manifestações em Belém, dia 10, e Xinguara (Sul do Pará), dia 12. Está para ser criada, também, a Fundação Paulo Fonteles, que publicará seus trabalhos e inclusive um livro de poesias da autoria de Paulo, ainda inédito.

(da sucursal)

Família destemida

Nem só de protestos são as manifestações que demonstram o carinho do povo paraense em relação a Paulo Fonteles, e a revolta pelo seu brutal assassinato. Houve o caso de dona Raimunda, que conhecia Paulo apenas de nome e de fama pela participação na luta em defesa dos direitos do povo. Ao saber de seu assassinato teve um enfarte que também a levou à morte. Dias após o assassinato do advogado dos posseiros, um velhinho foi visto usando um canivete para arrancar um cartaz da campanha eleitoral de Paulo, todo desbotado pelo sol e chuva, com o maior cuidado e carinho.

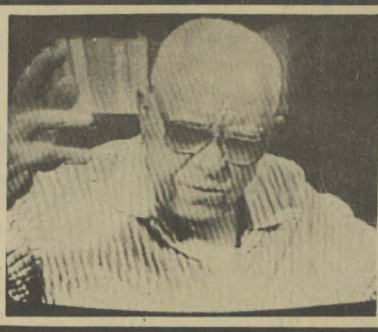
Os familiares de Paulo não demonstram sua revolta com o brutal assassinato apenas no emocional. Sequer se atemorizaram. Pelo contrário, o

suplente de deputado estadual pelo PMDB, médico Antônio Fonteles, ingressou no Partido Comunista do Brasil - do qual seu irmão era dirigente. E a advogada Oneide escreveu uma pungente carta (veja nesta página) denunciando a falta de solidariedade da cúpula da Igreja Católica com a família, neste momento de dor, e anunciando sua adesão à causa da emancipação dos operários, o comunismo.

A mãe de Paulo, dona Anita, também militante do PC do B, aos 79 anos anuncia que "enquanto eu tiver forças, irei aonde for necessário para levar à frente à causa de Paulo". E a viúva, Raquel, diz que, após a morte do marido, viu "surgir muitos Paulos", devido ao grande número de pessoas que afluíram ao PC do B, o partido de Paulo Fonteles.



Ronaldo Fonteles, irmão de Paulo, expressa sua indignação



Grito de Protesto

Mensagem do padre Milton Santana, da Igreja Nossa Senhora de Fátima, de Campinas: "Um grito de protesto contra o bárbaro atentado à vida dedicada à libertação do povo sofrido do Nordeste, membro do PC do B".

Carta aberta ao Grupo do Amor da Igreja da Trindade

Há 21 anos atrás, comecei a militar em movimentos da Igreja Católica. Ainda estudante de Direito fiz o primeiro, e depois já casada, coordenei como reitora o 13º Cursílio de Cristandade de Belém. Com a doença de Ully, por não poder me afastar três dias de casa, nos filiamos ao movimento de casais da Igreja da Trindade. Faz cinco meses que sofri a perda de meu marido e companheiro. Ully morreu vítima de um infarto fulminante do miocárdio.

Ainda não havia me recuperado deste golpe, quando as mãos e as balas do latifúndio assassinaram covardemente e barbaramente, na última quinta-feira, meu querido e amado irmão Paulo. E eu que pensei poder contar com a solidariedade e amizade de minhas irmãs em Cristo, tive sim por uma ordem, por uma imposição do chefe da Igreja Católica de Belém (que sempre foi ligado aos latifundiários, casando-lhes suas filhas em cerimônias caríssimas), não foram me levar seu apoio, carinho e consolo, por ser Paulo um comunista.

Agora pergunto eu: - Onde está o cristianismo que você prega, Anita? - Onde você aplica o que houve todo dia na missa, Adília? - O que você tem no coração quando ministra a comunhão, Nazaré? - Onde está o seu altruísmo, José? - E o seu amor, Nassala? - E às Antoninas, às Socorros, aos Edis, às Virgínicas, às Anas, para onde foi o espírito de justiça de vocês? - Será que na verdade vocês são apenas "sepulcros caiados"?

A igreja tem fechado os olhos a práticas totalmente condenáveis como o homossexualismo e a agiotagem e parece incrível que não tenham querido levar apoio a uma amiga de vocês para não caracterizar uma homenagem a um homem pobre, bom, honesto, correto e justo que teve como único crime amar desmesuradamente, amar com loucura (o que não sabemos fazer) o seu irmão mais pobre e por ele lutar, lutar até as últimas consequências, "doando tudo na vida (não só) o momento que foge e que vai", doando em fim, ao possêiro, ao desvalido, ao desgraçado, aos estudantes, às donas-de-casa, aos camponeses, aos operários, aos democratas sinceros, a sua vida,

enquanto que os cristãos, do modo geral, nas igrejas, batem o peito e acham que estão fazendo muito, porque organizam festinhas de filantropia ou chazinhos no Hilton Hotel quando na verdade estão doando as migalhas, estão doando o que lhes sobram, os seus restos..., enquanto os pobres e oprimidos morrem de fome, fome produzida pela sanha dos capitalistas, da que são fiéis seguidores, dizendo ainda o chefe da Igreja de vocês aqui no Pará, há tempos atrás sobre as milhares de crianças que morrem de fome a cada hora no Brasil, vítimas do imperialismo, dos grandes monopólios e do latifúndio - "É bom, porque vão no céu a legião de anjinhos".

- Será que a vida de Paulo não foi muito mais produtiva e parecida com a vida de Jesus do que a de qualquer uma de nós? Ele realmente largou tudo o que tinha, tudo a que estava habituado a ter, para seguir...

Não tive o apoio de vocês, tive sim o de uma multidão, de milhares de paraenses justos, que nada tinham com o PC do B, mas que gritavam comigo nas ruas de Belém, palavras que eram como de agradecimento e amor pelo que Paulo tinha feito em vida, palavras de revolta pelo modo como tinha sido tão covardemente e barbaramente assassinado.

O sangue de Paulo germinou. Embora continue acreditando firmemente na existência de Deus, não sendo materialista, não creio mais na Igreja de vocês. Creio mais no exemplo de Paulo que teve uma vida impar, reta, exemplar, digna sem qualquer vício, do que na religião que vocês pregam. Pobre deste grupo que diz ser do amor...

E diante de tamanhas e tão grandes contradições da Igreja Católica neste momento, me dou por inteira a esta causa que meu irmão tão fervorosamente se entregou. Sou comunista, e se Deus quiser os meus filhos também o serão.

P. S. Destes 21 anos de movimento de Igreja só quatro (04) pessoas romperam o cerco imposto por D. Alberto Ramos, arcebispo de Belém. A vocês, Elisa Baena, Mariazinha Maneshy, Lúcia e Adelino Simão, o meu muito obrigado. Oneide Nazaré Fonteles de Almeida.

Repúdio generalizado

Continuamos a publicar a lista das entidades e personalidades que repudiaram o assassinato do advogado e dirigente comunista Paulo Fonteles, e que exigem a apuração do crime e punição dos mandantes e executores. Na próxima semana ainda daremos continuidade à lista.

Assembleia Legislativa do Pará, Assembleia Legislativa de Goiás, Assembleia Legislativa de Alagoas, Assembleia Legislativa de Sergipe (requerimento do deputado Marcelo Ribeiro), Câmara Municipal de São Paulo (requerimento do vereador Jucelino Silva Neto), vereadores José Carlos Alves, Tereza Lajolo (SP), Edio Eloi Frizzo (Caxias do Sul-RS), Joacy Campos Souza (presidente da Câmara de Jequié-BA), deputados Mauro Bragato, Antônio Calixto (SP), Juarez Medeiros, Conceição Andrade (MA), prefeita Maria Luíza Fonteneles - de Fortaleza, prefeito Roberto Magalhães Teixeira - Campinas-SP,

suplente de deputado federal Rosa da Fonseca (CE), bancada do PT na Constituinte, Federação dos Trabalhadores Urbanos SP, Federação dos Trabalhadores na Agricultura BA, Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria de Purificação e Distribuição de Águas-SP, dos Eletricistas SP, dos Trabalhadores na Sabesp, dos Médicos-SP, dos Empregados em Editoras-SP, dos Padeiros-SP, dos Metalúrgicos de Betim (MG), Sindpd-SP, dos Motoristas de Osasco-SP, dos Securitários-RJ, dos Médicos-RJ, dos Aeroviários-SP, dos Bancários-CE, dos Comerciantes de Fortaleza-CE, dos Metalúrgicos-BA, dos Professores-ES, STR de Conceição do Araguaia, dos Petroleiros de Salvador, Centro dos Professores-GO, STR Vitória da Conquista, Associação dos Profissionais em Educação de SP, Assoc. dos Funcionários Públicos de Osasco, Conselho da Federação dos Assistentes Sociais.

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011) Telex: 01132133 TLOBR
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.
ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69900.
ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: R. Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.
AMAZONAS - Manaus: R. Simom Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - R. João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.
BAHIA - Camaçari: R. José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800.
Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100. Itabuna: Av. do Cinquentário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar -

Centro, Juazeiro: R. Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: R. Marechal Deodoro, 30 - Centro - CEP 47500. Salvador: R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesf) - CEP 43700. DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302. CEARÁ - Fortaleza: R. Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Igatu: R. Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100. ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: R. Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000. GOIÁS - Goiânia: R. 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: R. 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100. MARANHÃO - São Luís: R. Grande, 921

-Fone: 221-3444 - CEP 65000. MATO GROSSO - Cuiabá: R. Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000. MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. MINAS GERAIS - Belo Horizonte: R. Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. PARÁ - Belém: R. Manoel Barata, 993 - CEP 66000. PARAÍBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º

andar - Centro - CEP 58100. PARANÁ - Curitiba: R. Saldanha Maranhão, 370, 2º andar - Fone: 222-9120 - CEP 80.000. Londrina: R. Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100. PIAUÍ - Teresina: R. Desembargador Freitas, 1.459 - Fone: 222.2044 - CEP 64.000. PERNAMBUCO - Cabo: R. Vigário Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: R. Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: R. do Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000. RIO GRANDE DO NORTE - Natal: R. Jundiá, 420 - Cidade Alta - CEP 59000.

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: R. Virgílio José Inácio, 687 - CEP 90000. Bento Gonçalves: R. Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Canoas: R. Tiradentes, 130 - sala 405 - CEP 92010. Caxias do Sul: R. Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: R. Voluntários da Pátria, 1966 - CEP 96015. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: R. Mal. Floriano Peixoto, 1.357, sala 4 - CEP 97015. Rio Grande: R. Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. Ijuí: R. 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchessa, 23, 2º andar - Caixa Postal 643 CEP 98700. RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: R. 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24001. Duque de Caxias: R. Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 191 - CEP 26000. SANTA CATARINA - Florianópolis:

Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000. SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antonio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Botucatu: R. Armando de Barros, 817, 1º andar, sala 2 - CEP 18600. Campinas: R. Senador Saraiva, 448, Fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: R. Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: R. Ten. Avelar Pires de Azevedo, 20, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: R. Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: R. Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: R. Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Ovidio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000. ATRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. - Composição: Post-Up e Fotolito; Pauta Editorial Ltda. Fone: 35.9738. Impressão: Cia. Jorjux, Fone: 815-4999 - São Paulo

Emergência em 306 cidades

A região nordestina enfrenta um problema tradicional, mas agora com nova roupagem: a seca verde. No Nordeste o "inverno" acontece entre janeiro e maio. Esse ano, todavia, choveu nos primeiros meses apenas. A partir de março não caiu uma gota d'água. Os campos estão com a folhagem verde, mas 80% da colheita de milho e feijão estão perdidas. E a praga do bicudo acabou com o algodão.

Não fugindo a regra, que remonta ao Império, o presidente Sarney prometeu todo o apoio à região. Só para o Ceará o ministro da Irrigação disse que inicialmente liberaria Cz\$ 150 milhões. E recursos nesse mesmo montante seriam distribuídos a todos os Estados atingidos. O ministro do Interior, por sua vez, reconheceu a situação de emergência em 306 municípios dentro do perímetro da seca verde.

Os dois ministérios liberaram mais de cinco bilhões de cruzados para atender a dois meses de emergência. Mas a grande interrogação é como este dinheiro vai ser aplicado e o que José Sarney exigirá em troca dos governadores e deputados. Pode-se prever que, em geral, os recursos serão utilizados, como sempre foram, para fazer politicagem com a miséria do povo e não construir obras duradouras.

E os meus filhos que aguardam a minha volta?

Em Tauá, município localizado a 340 quilômetros de For-

taleza, somente no mês de abril 457 trabalhadores rurais partiram para outros Estados, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo. Em Mauriti, o prefeito notabilizou-se ao pagar passagens para quem deseja sair da cidade. Semanalmente deixam este município entre dez e 15 trabalhadores.

Segundo dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE), o meio rural está ocioso, muitas famílias partiram e a indústria dos "paus-de-arara" cresceu assustadoramente. As empresas Gontijo e Ipú-Brasília atestam que só em abril e maio venderam em uma cidade do interior cearense 198 e 257 passagens rumo a São Paulo. A maioria dos que partem deixam mulher e muitos filhos passando privações e acalentando no coração a esperança de dias melhores.

Enquanto as autoridades não tomam providências de combate à seca, permanecendo no campo das promessas, como até o momento, o povo sobrevive como pode. Tornaram-se rotina as invasões de cidades e de armazéns pela população faminta. Em Jaguaruana, a 186 quilômetros de



Região da seca: retirantes tomam rumo aos grandes centros onde a situação também é péssima —

Fortaleza, cerca de mil homens forçaram as portas das casas de comércio tentando saciar a fome. Nesta região, do Vale do Jaguaribe, 90% da safra foi perdida.

Mesmo o local que possui o maior açude do Nordeste, Orós, não conseguiu evitar os efeitos da seca verde. Quatro-

centos homens dirigiram-se à sede do município à procura de comida. Eles entraram num posto da Cobal e levaram todo o estoque.

A calamidade pública já foi decretada em Senador Sá, onde o prefeito Xavier Mesquita, não tendo como enfrentar o problema da fome, pede desesperadamente auxílio do governo estadual.

Inúmeros agricultores que deixaram o sertão e foram para Fortaleza vivem pelo centro da capital como mendigos, pedindo a um e a outro um prato de comida, um pedaço de pão, para continuar sua caminhada em busca de solidariedade. Antônio Pereira, natural de Santana do Acaraú, disse que chegou em Fortaleza há dois meses e, em todo este tempo, não conseguiu fazer uma refeição completa. "O pior não sou eu, que vivo como Deus quer. E meus filhos que esperam a minha volta?" - este é o desabafo de Fernando da Silva, que perambula há uns vinte dias no Mercado Central, pedindo esmolas aos turistas.

Verbas só com a garantia de cinco anos

Neste quadro caótico, alguns deputados cearenses criticam o Plano de Emergência adotado no Estado. Eles reclamam porque não têm mais o direito de indicar as pessoas que serão alistadas para receber ajuda. Esta função está sendo dividida entre o Sindicato Rural, o Governo e a Igreja. Cada alistado receberá um salário mínimo.

Em Iraucuba, uma das cidades mais secas do mundo, somente 400 trabalhadores serão incluídos no Plano de Emergência, deixando ao abandono mais de 1.500. E coisas como esta se repetem em quase todos os 65 municípios cearenses atingidos pela seca.

"A esperança é a última que morre" - este é um dos ditados mais repetidos pelos sertanejos. Acostumados com os sacrifícios, eles esperam que o governo esqueça a intensão de só liberar verbas se estiverem garantidos os cinco anos de mandato para José Sarney. E que o ministro do Interior deixe de se apresentar como

um governo paralelo no Nordeste, formando bases para uma futura eleição, favorecendo o PFL. Ou seja, os flagelados ainda têm esperança de que o governo cumpra sua função e suas obrigações, ao invés de cuidar de interesses menores, pessoais ou de grupos, utilizando-se da desgraça da seca verde.

(Donizete Arruda - Ceará)

Abutres da estiagem

Já foram registradas no Nordeste 42 grandes secas, sendo a primeira em 1559. Em todas elas o governo usa da costumeira demagogia, sem no entanto tomar medidas eficazes. Em 1979 o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) previu a seca que perduraria até 1985, mas as autoridades não tomaram nenhuma medida que pudessem diminuir seus efeitos catastróficos.

Os setores mais pobres da população são os maiores prejudicados com esta instabilidade climática. Os assa-

lariados e pequenos proprietários são assolados pela fome enquanto o latifúndio lucra com a miséria. Governo e grandes proprietários juntam as mãos nestas horas amargas para se locupletarem com as verbas destinadas aos flagelados. Muitos políticos inescrupulosos manipulam os recursos dos planos de emergência para seus fins eleitorais. E os latifundiários usam gratuitamente a mão-de-obra das frentes-de-trabalho para beneficiar suas terras, num processo de capitalização sem qualquer ônus.



Estas cenas se repetem há várias décadas sem que os governantes tomem medidas eficazes

MARANHÃO

Constituinte: o povo participa nas ruas

A mobilização popular para garantir a elaboração de uma Constituição democrática e progressista deu os primeiros passos no Maranhão. No dia 17 último foi feito o lançamento da Campanha de Coleta de Assinaturas para a Constituinte e pelas Diretas 88, na praça central de São Luís. Desde cedo começaram a ser armadas barracas coloridas, o povo era chamado a assinar três dos inúmeros abaixo-assinados de emendas populares.

A CGT e a CUT levaram a proposta dos direitos dos trabalhadores, o Sindicato dos

Médicos, Associação de Saúde da Periferia e o Conselho Regional de Medicina, coletavam apoio para as reivindicações do setor da saúde, o DCE da Universidade Federal e a corrente estudantil Viração pelo ensino público e gratuito, várias entidades da Igreja apresentaram emendas pela participação popular, direitos do menor, dos índios, democratização do sistema judiciário e outros. Os partidos políticos - PT, PDT e PC do B - participaram ativamente da programação, pedindo o fim do militarismo e a manutenção do voto proporcional.

POVO QUER VOTAR

O grande interesse popular, entretanto, concentrou-se nas emendas que propunham mandato de quatro anos e eleições diretas para presidente em 88, a suspensão do pagamento da dívida externa e a reforma agrária. Centenas de pessoas - bancários, estudantes, funcionários públicos, desempregados -, mesmo impossibilitados de assinar porque não estavam com o título de eleitor, manifestaram seu descontentamento com o governo Sarney, revolta e descrédito com o novo plano econômico.

Destacou-se a iniciativa do PC do B que levou para o centro da praça um grande painel com fotos, recortes de jornais e notas de protestos contra o assassinato do ex-deputado Paulo Fonteles. O público amontoava-se ao seu redor e inúmeras pessoas, chocadas, manifestavam sua revolta.

60 ENTIDADES APÓIAM A chuva impediu que as atividades se prolongassem até a noite, quando seria realizado um ato público com a participação de entidades populares, sindicatos e parlamentares, entre eles o deputado Juarez Lima (PDT) e o vereador Ananias Neto (PMDB).

A realização deste ato foi iniciativa do Comitê Popular pró-Constituinte e Diretas-88 que se formou recentemente em São Luís, unificando três articulações que se reuniam separadamente. O Comitê já reúne mais de 60 entidades, entre uniões de moradores, sindicatos, partidos políticos, grupos de jovens, grupos de Igreja, organizações de mulheres e de estudantes. A coordenação está composta pela CGT, CUT, Federação dos Trabalhadores Rurais, Federação dos Trabalhadores na Indústria, PT, PC do B, PDT, PCB, OAB, Comissão Pastoral da Terra e Comissão Justiça e Paz.

ATO EM JEQUIÊ

Em Jequiê, no interior da Bahia, foi realizado na Câmara de Vereadores, no último dia 15, um ato de lançamento da coleta de assinaturas a favor de emendas progressistas à Constituinte. O ato foi coordenado pela Associação dos Operários de Jequiê e que contou com a participação de diversas entidades, partidos políticos e da Igreja. A mobilização foi feita com a palavra de ordem: "É necessário o povo voltar às ruas". Os presentes homenagearam o advogado Paulo Fonteles, assassinado por latifundiários, com um minuto de silêncio.

(da sucursal)



Mãe à espera do marido que está fora em busca de trabalho